



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ nº 33.042.730/0001-04
NIRE nº 35300396090

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A globalização da economia mundial e o crescente protagonismo do Brasil levam, cada vez mais a CSN, a considerar a internacionalização de suas operações como estratégia de negócios. Em 2012, mais um passo foi dado nessa direção, com a compra da siderúrgica alemã Stahlwerk Thüringen GmbH (SWT). Com capacidade de produção de 1,1 milhão de toneladas de aços longos por ano, a planta é uma das mais eficientes da Europa.

A SWT se junta às duas outras unidades operacionais da CSN no exterior: a CSN LLC, em Terre Haute, nos Estados Unidos, e a Lusosider, em Portugal. Tanto a Europa como os Estados Unidos são mercados maduros, com perspectiva positiva a médio prazo.

A chegada da SWT e a constante melhoria de produtividade das operações no Brasil levaram a CSN a um novo recorde histórico em 2012: a receita líquida consolidada atingiu R\$ 16,9 bilhões.

A receita líquida no segmento siderúrgico foi de R\$ 10,8 bilhões em 2012. O volume vendido foi recorde: 5,8 milhões de toneladas, 19% maior que o registrado no ano anterior. Recorde também no mercado interno onde a Companhia vendeu 4,5 milhões de toneladas de aços planos.

Nascida a partir da Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, na década de 40, a CSN é hoje um dos maiores grupos siderúrgicos integrados do País. As atividades de mineração, cimento, energia e logística se complementam, trazendo sinergias e ganhos de produção. Em 2012 os investimentos realizados pela CSN em todas as suas atividades totalizaram R\$ 3,1 bilhões. E o futuro é promissor. Nos próximos meses entrará em funcionamento a nova fábrica de aços longos em Volta Redonda. Será o ingresso definitivo da CSN nesse mercado, justamente num momento de prolongada expansão da construção civil no País. Nesta trajetória, alcançamos também em 2012, significativo avanço na produção de cimentos, com a comercialização de 2 milhões de toneladas do produto.

Com apostas no crescimento do mercado interno e no posicionamento estratégico global, a CSN diversifica suas atividades para garantir um futuro sólido.

Benjamin Steinbruch
Presidente do Conselho de Administração

2 A EMPRESA

A CSN é uma empresa altamente integrada, com negócios em siderurgia, mineração, cimento, logística e energia.

A Companhia atua em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro, até a produção e comercialização de uma diversificada linha de produtos siderúrgicos de alto valor agregado. O sistema integrado de produção, aliado à qualidade de gestão, faz com que a CSN tenha um dos mais baixos custos de produção da siderurgia mundial.

Em 2012 o volume de aço comercializado pela CSN atingiu o recorde de 5,8 milhões de toneladas, um crescimento de 19% em relação a 2011, com forte ênfase para as vendas no mercado interno, que totalizaram 4,5 milhões de toneladas.

A mina própria de Casa de Pedra, localizada no município de Congonhas, em Minas Gerais, abastece a CSN com minério de ferro de alta qualidade, necessário à produção siderúrgica. Com reservas provadas e prováveis de 1,6 bilhão de toneladas, a mina de Casa de Pedra tem capacidade atual de produção de 21 milhões de toneladas por ano.

A partir de 2007 a CSN, com sua controlada em conjunto NAMISA, comercializa minério de ferro no mercado transoceânico. A CSN administra ainda dois terminais portuários em Itaguaí (RJ), o Tecar, por onde é embarcado o minério de ferro para o mercado transoceânico e o terminal de contêineres (Sepetiba Tecon). Com a mina de Casa de Pedra, a CSN vem firmando sua posição como um importante player no mercado transoceânico de minério de ferro, sendo, em conjunto com a NAMISA, o segundo maior produtor nacional. As exportações de minério de ferro são efetuadas basicamente para a Ásia, Europa e Oriente Médio.

A complementaridade da indústria cimenteira com a siderurgia levou a CSN a ingressar em 2009 no mercado de cimento, agregando valor à escória gerada em sua produção de aço bruto.

Além do suprimento de calcário para a produção de aço na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, a mina de Arcos, em Minas Gerais, passou a fornecer a partir de 2011, calcário não siderúrgico para a produção de clínquer, uma das principais matérias-primas utilizadas na fabricação de cimento. Assim a CSN demonstra cada vez mais integração entre suas atividades, verticalizando a produção e ganhando em competitividade e rentabilidade.

A Companhia é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do país e vem investindo desde 1999 em projetos e ativos de geração de energia elétrica, visando garantir sua autossuficiência. A capacidade de geração média de 428 MW da CSN atende a necessidade total de energia elétrica do grupo.

3 PERSPECTIVAS, ESTRATÉGIAS E INVESTIMENTOS

Dentro dos cinco segmentos em que atua de forma altamente integrada, a CSN investe na modernização de suas unidades, bem como na expansão de sua capacidade de produção, buscando sempre maximizar o retorno aos seus acionistas. Além dos investimentos em projetos de crescimento orgânico, a Companhia analisa oportunidades de aquisição e aliança estratégica no Brasil e no exterior.

3.1 - SIDERURGIA
A Usina Presidente Vargas é a principal unidade de produção siderúrgica da CSN, com uma capacidade instalada de produção de 5,6 milhões de toneladas de aço bruto. No ano de 2012, a usina produziu 4,8 milhões de toneladas de aço bruto, enquanto a produção de laminados atingiu 4,7 milhões de toneladas.

Com relação a aços planos, a CSN vem ampliando seus centros de serviços, como a ampliação da unidade de Porto Real, filial da Companhia voltada para o setor automobilístico, além de desenvolver projetos de expansão da planta de pré-pintados no Paraná.

A CSN vem trabalhando na diversificação de suas atividades siderúrgicas, com a entrada no segmento de aços longos, por meio da construção de uma unidade em Volta Redonda, com capacidade de produção de 500 mil toneladas anuais, entre vergalhões e fios-máquina.

A Companhia conta ainda com subsidiárias no exterior, a CSN LLC, instalada em Terre Haute, no Estado de Indiana, nos EUA, que atua em laminação a frio e galvanização, a Lusosider, em Paio Pires, Portugal, que produz laminados revestidos e a SWT, localizada em Unterwellenborn, na Alemanha. A SWT, com capacidade de produção de 1 milhão de toneladas anuais de perfis de aço destinados à construção civil e industrial, foi adquirida em janeiro de 2012.

3.2 - MINERAÇÃO
A CSN está posicionada como a segunda maior exportadora de minério de ferro do Brasil. Considerando a totalidade das vendas de produtos acabados de minério de ferro da mina de Casa de Pedra e da NAMISA, a CSN comercializou em 2012 um volume de 25,8 milhões de toneladas. Além disso, em 2012, a Companhia produziu e destinou ao consumo próprio 6,1 milhões de toneladas de minério de ferro. Os projetos de expansão em andamento visam atingir uma capacidade total de comercialização de 89 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

Paralelamente, a CSN trabalha na expansão do Tecar, no Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, no sentido de atingir uma capacidade de embarque total de 84 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

3.3 - CIMENTO
A CSN implantou em 2009 a sua primeira planta de moagem de cimento em Volta Redonda, com capacidade de 2,4 milhões de toneladas anuais, que produziu e comercializou em 2012, cerca de 2,0 milhões de toneladas de cimento.

Com o crescimento esperado para o mercado de cimento doméstico, a CSN está estudando a expansão de sua capacidade de produção de cimento para 5,4 milhões de toneladas anuais.

3.4 - LOGÍSTICA
Portos
O Sepetiba Tecon, administrado pela CSN, é um porto concentrador de cargas (Hub Port), posicionado como o maior terminal de contêineres do Rio de Janeiro e um dos maiores do Brasil em seu segmento.

Para a expansão do Sepetiba Tecon estão sendo realizados investimentos em infraestrutura, como a equalização do berço 301 e novos equipamentos. Este projeto tem como objetivo transformar o Berço 301 em um cais contínuo, permitindo operação simultânea de navios de grande porte, o que elevará sua capacidade.

Ferrovias
A CSN tem participação em duas companhias ferroviárias: a MRS Logística e a Transnordestina Logística S.A.

MRS
A CSN possui, direta e indiretamente, 33,27% do capital votante da MRS Logística, que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Belo Horizonte.

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias-primas e escoamento de produtos finais. A totalidade do minério de ferro exportado e do carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço e do cimento produzidos pela CSN.

TRANSNORDESTINA
A Transnordestina Logística S.A. (TLSA), com o apoio do Governo Federal, está construindo a ferrovia Nova Transnordestina, com extensão de 1.728 km, que interligará o terminal ferroviário em Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando por diversas cidades nos estados do Piauí, Pernambuco e Ceará.

A capacidade de operação projetada da ferrovia é de 30 milhões de toneladas/ano, devendo exercer importante papel no desenvolvimento da região Nordeste e criar uma opção logística para o desenvolvimento econômico local, nos setores de óleo e derivados, grãos, mineração e agricultura, entre outros.

A participação da CSN no capital social da TLSA ao final de 2012 atingiu 76,13%.

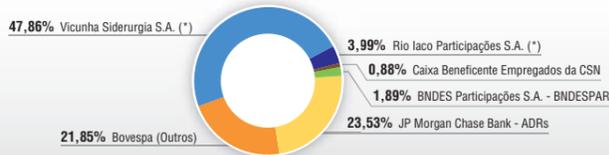
A relação completa dos investimentos em empresas coligadas e/ou controladas, bem como as movimentações ocorridas no exercício de 2012 estão descritas na Nota Explicativa nº 9 que integra as Demonstrações Financeiras da Companhia.

4 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Relações com Investidores
Em 2012 a CSN continuou a aperfeiçoar sua comunicação com o mercado financeiro, melhorando a percepção dos investidores sobre os fundamentos da Companhia e contribuindo para a redução de seus custos de captação. Nesse sentido, a Companhia participou em cerca de 300 reuniões e *conference calls*, com mais de 600 analistas e investidores.

Capital Social
A CSN é controlada pela Vicunha Siderurgia S.A. e pela Rio Laco Participações S.A., que detêm respectivamente 47,86% e 3,99% do capital total da empresa. A administração compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

CSN - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL 31/12/2012 (%)



(*) Grupo Controlador

- Todas as ações da CSN são ON, garantindo a cada uma, um voto nas Assembleias de Acionistas;
- Mais de 45% das ações da CSN são negociadas em Bolsas de Valores, principalmente na BOVESPA e na NYSE.

Assembleia Geral de Acionistas
Uma vez por ano, conforme estabelece a legislação, a Assembleia Geral de Acionistas, órgão soberano, reúne-se para deliberar, entre outras matérias, sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração, a apresentação das contas pelos administradores, as demonstrações financeiras, a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Sempre que necessário, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para deliberar sobre matérias que não são de sua competência ordinária.

Conselho de Administração
O Conselho de Administração é composto por 7 (sete) a 11 (onze) membros, que se reúnem ordinariamente nas datas previstas e, extraordinariamente, sempre que necessário. O mandato dos Conselheiros é de um ano, com possibilidade de reeleição. O papel do Conselho de Administração consiste, entre outras atribuições, em definir e acompanhar as políticas e estratégias da Companhia, acompanhar os atos da Diretoria Executiva e decidir sobre assuntos relevantes para os negócios e operações da CSN. O Conselho de Administração é responsável pela eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva podendo, se necessário, criar comitês especiais de assessoramento para auxílio na execução de suas atividades.

Diretoria Executiva
Atualmente composta por 07 (sete) Diretores Executivos, sendo um deles o Diretor Presidente, a Diretoria Executiva, observadas as diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, possui o poderes de administração e gestão dos negócios sociais da Companhia. Os membros da Diretoria Executiva se reúnem sempre que convocados pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores Executivos, ficando a cargo de cada Diretor Executivo a condução das operações pertinentes à sua área de atuação. O mandato dos Diretores Executivos é de dois anos, permitida a reeleição.

Comitê de Auditoria
O Comitê de Auditoria tem autonomia para a tomada de decisões no que se refere às disposições da Lei Sarbanes-Oxley - Seções 301 e 407. Algumas de suas atribuições principais são: revisar, considerar e recomendar ao Conselho de Administração a indicação, remuneração e contratação de auditor externo, bem como supervisionar a atuação das auditorias interna e externa. Com relação à contratação de auditores externos, são adotados procedimentos visando assegurar que não ocorram conflitos de interesse, dependência ou perda de objetividade do auditor no seu relacionamento com a Companhia.

Auditoria Interna
A CSN dispõe de Auditoria Interna, com atuação independente dentro da Organização, que assessora e relata fatos relevantes ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva. Cabe ainda à auditoria interna analisar a correta aplicação de recursos e prevenção de riscos ao patrimônio das empresas do grupo CSN, provendo apoio ao cumprimento dos resultados planejados, com aprimoramento dos processos e controles internos, seja para melhoria da performance financeira e operacional das empresas, bem como para prevenir riscos de perdas, fraudes e, consequentemente, o comprometimento da imagem corporativa. A CSN disponibiliza canais de comunicação que permitem a funcionários, clientes, fornecedores e terceiros, denunciarem atos ilícitos ou transgressões contra a Companhia que possam afetar as demonstrações financeiras da CSN e de suas empresas.

Auditores independentes
Os auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, que em 2012 prestaram serviços à CSN e suas controladas, foram contratados para serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras. É entendimento, tanto da Companhia, quanto dos seus auditores independentes, que tais serviços não afetam a independência dos auditores.

Honorários de auditoria
Referem-se à auditoria das demonstrações financeiras anuais e revisão de relatórios trimestrais da Companhia.

Honorários relacionados à auditoria
Referem-se à elaboração e emissão de cartas de "conforto" relacionadas aos bonds emitidos por subsidiárias da Companhia no exterior e processos de "due diligence".

Valores referentes aos serviços prestados pelos auditores	(R\$ mil)
Honorários de auditoria	2.992
Honorários relacionados à auditoria	1.899
Total	4.891

Os serviços prestados pelos auditores externos, adicionalmente ao exame das demonstrações financeiras, são previamente apresentados ao Comitê de Auditoria, para que se conclua, de acordo com a legislação pertinente, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes. Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria Executiva declarou em 26 de março de 2013 que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Lei Sarbanes-Oxley
A Companhia está na fase final da certificação de seus controles internos relativos às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2012 (CSN e suas subsidiárias), em atendimento à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (SOX).

Em 2012, foram realizados testes para avaliar a eficácia dos controles internos da CSN (Usina Presidente Vargas, Casa de Pedra e CSN Porto Real), CSN Cimentos, CSN LLC, Prada (Distribuição e Embalagens) e Transnordestina Logística S.A. - TLSA, empresas consideradas relevantes para a certificação da SOX, sendo sua avaliação iniciada em maio de 2012. Os gestores de cada processo foram responsáveis pela execução de testes e monitoramento das melhorias identificadas e reportadas. Cabe ressaltar que os processos de fechamento contábil e divulgação ao mercado financeiro e Entity Level são corporativos e contemplam todas as empresas do grupo, exceto a NAMISA, que possui estrutura própria para execução e atividades de controle.

Código de Ética
As empresas CSN dispõem de um Código de Ética desde 1998. O código normalmente é entregue aos colaboradores por ocasião do treinamento de integração corporativa.

O Código de Ética das empresas do grupo, além de reunir os padrões de conduta pessoal e profissional esperados nas relações com colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores, comunidades, concorrentes e com o meio ambiente, é também uma declaração da conduta corporativa e dos compromissos dos colaboradores. Suas diretrizes são públicas e podem ser encontradas no website da CSN, no endereço www.csn.com.br.

Um dos aspectos tratados no Código de Ética, desde sua criação, é a orientação sobre "Negócios com Ações da Empresa", com base na Instrução CVM 358/2002.

Divulgação de Atos e Fatos Relevantes
A CSN tem Política de Divulgação de Atos ou Fato Relevante, que determina que toda divulgação seja feita com dados fidedignos, adequados e transparentes, nos prazos previstos e com homogeneidade, conforme estabelecido pela Instrução CVM 358/2002, atendendo também à seção 409 - Divulgação em Tempo Real, da SOX. Todo Ato ou Fato Relevante é divulgado nos mercados em que as ações da empresa estão listadas, brasileiro e norte-americano.

5 INOVAÇÃO

Visando atender novas demandas do mercado e expectativas de seus clientes, a CSN vem investindo em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, com destaque para:

- Aços estruturais mais leves para carrocerias de automóveis e ônibus, contribuindo para a redução do consumo de combustível;
- Aços pré-pintados com revestimento organometálico para utilização em tanques de combustíveis para a indústria automotiva, eliminando etapas da cadeia produtiva;
- Aços extralinos avançados ("CSN Extra Fino®") para produtos de linha branca e móveis de aço.

6 PESSOAS

O modelo de gestão de pessoas da CSN é baseado em cinco pilares: Atrair; Alinhar e Engajar; Avaliar; Desenvolver; Reconhecer e Recompensar, investindo nos projetos de desenvolvimento e qualificação profissional de forma a contribuir para o crescimento das pessoas e da organização.

Contando com cerca de 21 mil colaboradores, a CSN busca direcionar suas ações de recursos humanos para promover, sustentar e acelerar o desenvolvimento dos talentos internos, visando atender as demandas de crescimento do grupo e sustentabilidade dos negócios.

Em 2012 foi realizado o 2º módulo da Escola de Líderes, com o objetivo de desenvolver o gerenciamento dos recursos humanos de forma estratégica. Este programa contou com a participação de 283 Executivos e 695 Coordenadores e Supervisores. A Companhia vem investindo ainda na capacitação de Trainees e Jovens Profissionais, visando desenvolver suas competências pessoais e organizacionais. Estes programas buscam atrair talentos para atender as demandas futuras de recursos humanos da empresa.

7 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Os projetos de responsabilidade social da CSN têm por objetivo valorizar o potencial das pessoas e das regiões onde a Companhia atua, buscando a parceria com o poder público e a sociedade civil. Em 2012, foram investidos mais de R\$ 13 milhões nas áreas de educação e cultura. Estes investimentos são efetuados por meio de iniciativas da Fundação CSN e a partir de projetos desenvolvidos por instituições externas, através de mecanismos de incentivo fiscal. Entre as iniciativas patrocinadas estão o espetáculo "Um Violinista no Telhado", o Memorial da Imigração Judaica e o CD "Coral Cidade dos Profetas". A CSN patrocinou também projetos de instituições inscritas nos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente como a APAE de Cruzeiro, sendo os recursos direcionados a Fundos da Infância e da Adolescência.

8 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A responsabilidade pela sustentabilidade integra a Missão e os Valores da CSN. Além do sistema de gestão ambiental certificado pela ISO 14.001 em suas principais unidades, a CSN busca constantemente a integração de suas atividades, otimizando o uso dos recursos naturais.

Ao longo de 2012 a CSN realizou o inventário das emissões de gases de efeito estufa nas suas principais unidades, visando a elaboração de estratégias para gestão de carbono e mitigação das emissões, além da preparação para o cumprimento das metas estipuladas em legislações de clima, a nível nacional. A CSN vem analisando os efeitos das mudanças climáticas e da escassez de recursos hídricos sobre seus negócios, através da participação no Carbon Disclosure Initiative. A Companhia participa também do Fórum Clima, organizado pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social, para discutir as mudanças na legislação pertinente.

Em 2012 a CSN desenvolveu um diagnóstico sobre o desempenho de suas principais unidades, com relação às questões ambientais, sociais e econômicas, visando a elaboração de um relatório de sustentabilidade no modelo *Global Report Initiative* (GRI). O Conselho Externo de Sustentabilidade da empresa fornece diretrizes para que novos conceitos de sustentabilidade permeiem as decisões estratégicas da Companhia.

9 DECLARAÇÕES SOBRE PROJEÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Este documento contém projeções e afirmações sobre o futuro que expressam ou sugerem expectativas de resultados, desempenho ou eventos. Os resultados, desempenho e eventos reais podem diferir significativamente daqueles expressos ou sugeridos pelas afirmações sobre o futuro em função de vários fatores, tais como: condições gerais e econômicas do Brasil e de outros países, taxas de juros e câmbio, renegociações futuras e pagamento antecipado de obrigações ou créditos em moeda estrangeira, medidas protecionistas no Brasil, EUA e outros países, mudanças em leis e regulamentos e fatores competitivos em geral, em escala regional, nacional ou global.

As informações financeiras da Companhia Siderúrgica Nacional aqui apresentadas estão de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.



...continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora		Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011		2012	2011		
ATIVO										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.444.875	15.417.393	2.995.757	2.073.244					
Contas a receber	5	1.794.566	1.616.206	2.146.909	3.516.800					
Estoques	6	3.580.025	3.734.984	2.704.302	2.885.617					
Outros ativos circulantes	7	1.302.479	1.175.723	539.478	411.292					
Total do ativo circulante		21.121.945	21.944.306	8.386.446	8.886.953					
Não Circulante										
Realizável a longo prazo										
Aplicações Financeiras		116.753	139.679							
Tributos diferidos	8	2.372.501	1.840.773	1.869.775	1.300.650					
Outros ativos não circulantes	7	1.648.056	2.876.269	1.656.957	2.552.287					
		4.137.310	4.856.721	3.526.732	3.852.937					
Total do ativo não circulante		2.351.774	2.088.225	23.356.506	22.573.890					
Investimentos										
Imobilizado										
Intangível	10	20.408.747	17.377.076	11.636.182	10.247.845					
11	1.275.452	603.374	19.668	21.192						
Total do ativo não circulante		28.173.283	24.925.396	38.539.088	36.695.864					
TOTAL DO ATIVO										
		49.295.228	46.869.702	46.925.534	45.582.817					
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Circulante										
Obrigações sociais e trabalhistas		241.291	202.469	130.014	123.839					
Fornecedores		1.957.789	1.232.075	1.193.726	667.886					
Obrigações fiscais		336.348	325.132	118.365	122.648					
Empréstimos e financiamentos	12	2.295.409	2.702.083	2.621.503	4.330.141					
Outras obrigações	14	1.221.350	1.728.445	1.383.179	1.872.865					
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	16	355.889	292.178	253.973	225.997					
Outras provisões			14.565		8.133					
Total do passivo circulante		6.408.076	6.496.947	5.700.760	7.351.509					
Não Circulante										
Empréstimos e financiamentos	12	27.856.350	25.186.505	21.518.489	19.005.495					
Outras obrigações	14	4.388.451	5.593.520	8.927.096	9.718.976					
Tributos diferidos	8	284.110	37.851							
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	16	371.697	346.285	344.951	262.432					
Plano de pensão e saúde	28	565.591	469.050	565.556	469.027					
Outras provisões		413.440	322.374	1.251.785	789.557					
Total do passivo não circulante		33.879.639	31.955.585	32.607.877	30.245.487					
Patrimônio líquido										
Capital social integralizado		4.540.000	1.680.947	4.540.000	1.680.947					
Reservas de capital	30	30	30	30	30					
Reservas de lucros		3.690.543	7.671.620	3.690.543	7.671.620					
Outros resultados abrangentes		386.324	(1.366.776)	386.324	(1.366.776)					
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		8.616.897	7.985.821	8.616.897	7.985.821					
Participação acionistas não controladores		390.616	431.349							
Total do patrimônio líquido		9.007.513	8.417.170	8.616.897	7.985.821					
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		49.295.228	46.869.702	46.925.534	45.582.817					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto o (prejuízo)/lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011
RECEITA LÍQUIDA					
Custo dos produtos e serviços vendidos	23	16.896.264	16.519.584	10.640.617	10.754.587
LUCRO BRUTO		4.824.058	6.718.740	2.601.020	3.496.917
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	23	(931.525)	(604.108)	(320.722)	(335.302)
Despesas gerais e administrativas	23	(576.514)	(575.585)	(332.425)	(355.914)
Resultado da equivalência patrimonial		(952)		1.331.593	4.397.137
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(2.673.370)	217.875	(1.688.194)	(203.748)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		641.697	5.756.922	1.591.272	6.999.090
Resultado financeiro líquido	25	(1.992.405)	(2.005.803)	(3.033.404)	(3.533.524)
(PREJUÍZO)/LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.350.708)	3.751.119	(1.442.132)	3.465.566
Imposto de renda e contribuição social	8	870.134	(83.885)	1.022.019	240.467
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(480.574)	3.667.234	(420.113)	3.706.033
Atribuível à:					
Participação dos acionistas controladores		(420.113)	3.706.033	(420.113)	3.706.033
Participação dos acionistas não controladores		(60.461)	(38.799)		
(PREJUÍZO)/LUCRO BÁSICO E DILUIDO		(541.035)	3.667.234	(420.113)	3.706.033
POR AÇÃO (EM R\$)	27	(0,28815)	2,54191	(0,28815)	2,54191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(480.574)	3.667.234	(420.113)	3.706.033
Outros Resultados abrangentes					
Ajustes acumulados de conversão do período	147.735	195.046	147.735	195.046	
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido, líquido de impostos	106.209	(74.331)	106.209	(74.331)	
Ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	(8.329)	(621.312)	(8.329)	(621.312)	
Ganho na realização de ativos disponíveis para venda		(698.164)		(698.164)	
Impairment de ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	1.507.485		1.507.485		
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		1.753.100	(1.198.761)	1.753.100	(1.198.761)
Atribuível à:		1.753.100	2.468.473	1.332.987	2.507.272
Participação dos acionistas controladores	1.332.987	2.507.272	1.332.987	2.507.272	
Participação dos acionistas não controladores	(60.461)	(38.799)			
Total do resultado abrangente		1.292.639	2.429.674	1.332.987	2.507.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011
Recargas					
Vendas mercadorias, produtos e serviços		19.882.933	19.525.854	13.348.805	13.396.286
Outras receitas/(despesas)		62.096	632.798	58.578	(5.367)
Provisão/reversão créditos liquidação duvidosa		13.407	(990)	15.016	2.222
Total do valor adicionado bruto		19.958.436	20.157.662	13.422.399	13.393.141
Insumos adquiridos de Terceiros					
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos		(9.946.475)	(8.591.341)	(7.644.242)	(6.953.404)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.163.738)	(1.414.706)	(1.129.547)	(784.079)
(Perda)/recuperação de valores ativos		(2.051.301)	(21.935)	(1.257.625)	(17.050)
Total do valor adicionado líquido produzido		4.566.271	9.181.429	2.470.438	4.877.548
Retenções					
Depreciação, amortização e exaustão	10.b	(1.230.651)	(948.251)	(920.547)	(761.060)
Total do valor adicionado líquido produzido		3.335.620	8.233.178	1.549.891	4.116.488
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	9.b	952		1.331.593	4.397.137
Recargas financeiras/variações cambiais ativas		1.445.319	2.817.667	508.888	416.732
Outros		3.008	9.402	(265)	2.496
Total do valor adicionado líquido produzido		5.232.939	11.060.247	3.390.272	9.732.452
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR					
		6.015.550	12.008.498	4.310.654	9.693.913
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal e encargos		1.816.844	1.485.903	926.812	1.051.880
Impostos, taxas e contribuições		1.229.221	2.025.300	257.147	984.812
Despesas financeiras e alugueis		3.450.059	4.830.061	3.546.808	3.951.188
Dividendos e juros sobre o capital próprio			936.908		926.508
(Prejuízo) do exercício/Lucros retidos		(420.113)	2.769.125	(420.113)	2.779.525
Participação dos não controladores		(60.461)	(38.799)		
Total do valor adicionado distribuído		6.015.550	12.008.498	4.310.654	9.693.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(480.574)	3.667.234	(420.113)	3.706.033
Provisão para encargos sobre empréstimos e financiamentos		2.249.123	2.650.622	2.474.810	2.767.087
Depreciação/exaustão/amortização	10.b	1.230.651	948.251	920.547	761.060
Resultado de equivalência patrimonial	9.b	952		(1.331.593)	(4.397.137)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(1.075.156)	(52.542)	(1.022.019)	(240.467)
Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas, Cíveis e Ambientais		252.432	62.746	263.004	70.403
Variações monetárias e cambiais líquidas		996.810	(250.083)	483.201	794.544
Resultado das operações com derivativos		4.975	110.009	9.166	20.594
Impairment título disponível para venda		2.022.793		1.245.024	
Realização de título disponível para venda			(698.164)		
Valor residual de bens permanentes baixados		5.246	54.727	3.617	15.601
Perdas estimadas s/ títulos a receber					(116.336)
Provisão passivo atuarial		(30.655)	(11.412)	(29.955)	(11.249)
Outras provisões		70.252	(19.462)	(44.909)	(43.178)
Total das atividades operacionais		5.246.849	6.461.926	2.550.780	3.326.955
Redução (Aumento) dos ativos					
Contas a receber - terceiros		(237.873)	(339.427)	90.402	(324.125)
Contas a receber - intercias.				1.178.457	(916.200)
Estoques		200.893	(410.264)	117.202	(197.446)
Créditos com partes relacionadas		(3.774)	471.666	31.238	1.022.436
Impostos a compensar		139.823	16.700	146.080	(32.919)
Depósitos judiciais		39.023	(20.253)	15.263	(25.662)
Dividendos recebidos partes relacionadas				275.806	660.489
Outros ativos		67.021	50.916	3.982	3.908
Total das atividades de redução (aumento) dos ativos		(237.873)	(339.427)	90.402	



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ nº 33.042.730/0001-04
NIRE nº 35300396090

...continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto os dividendos por ação)

	Reserva de capital			Reservas de lucros				Resultados Abrangentes					Total do Patrimônio Líquido	Participações não controladoras	Total do Patrimônio Líquido		
	Capital social	Lucro na alienação de ações	Legal	Estatutária	A realizar	Investimentos	Dividendos e JCP adicionais propostos	Ações em tesouraria	Total	Lucros Acumulados	Ajustes acumulados de conversão	(Perdas)/ ganhos atuariais de plano de benefício definido				Ativos disponíveis para venda	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.680.947	30	336.190		3.779.357	1.346.724	1.227.703	(570.176)	6.119.798	3.706.033	(688.598)	(31.878)	552.461	(168.015)	7.632.760	189.928	7.822.688
Lucro Líquido do exercício										3.706.033					3.706.033	(38.799)	3.667.234
Resultados abrangentes, líquidos de impostos											195.046	(74.331)	(1.319.476)	(1.198.761)			(1.198.761)
Resultado abrangente do exercício										3.706.033	195.046	(74.331)	(1.319.476)	(1.198.761)	2.507.272	(38.799)	2.468.473
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais							(1.227.703)		(1.227.703)								(1.227.703)
Cancelamento de ações em tesouraria							(570.176)	570.176									
Destinações:																	
Dividendos declarados (R\$ 635,48 por lote de mil ações)										(926.508)					(926.508)		(926.508)
Dividendos propostos à Assembleia Geral (R\$ 187,58 por lote de mil ações)																	
Reserva estatutária				1.938.033					1.938.033	(1.938.033)							
Reserva Investimentos						568.000			568.000	(568.000)							
Reserva de lucros a realizar				3.779.357	(3.779.357)												
Participação dos não controladores																280.220	280.220
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.680.947	30	336.190	5.717.390		1.344.548	273.492		7.671.620	(420.113)	(493.552)	(106.209)	(767.015)	(1.366.776)	7.985.821	431.349	8.417.170
Prejuízo do exercício										(420.113)					(420.113)	(60.461)	(480.574)
Resultados abrangentes, líquidos de impostos											147.735	(22.210)	1.499.156	1.624.681	1.624.681		1.624.681
Reclassificação perdas atuariais										(128.419)			128.419				128.419
Resultado abrangente do exercício										(548.532)	147.735	106.209	1.499.156	1.753.100	1.204.568	(60.461)	1.144.107
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais							(273.492)		(273.492)								(273.492)
Aumento Capital	2.859.053			(2.291.053)		(568.000)			(2.859.053)								
Absorção do prejuízo exercício 2012				(420.113)					(420.113)	420.113							
Absorção perdas atuariais				(128.419)					(128.419)	128.419							
Destinações:																	
Dividendos declarados em 26 de dezembro de 2012 (R\$ 205,77 por lote de mil ações)						(300.000)			(300.000)						(300.000)		(300.000)
Juros sobre Capital Próprio declarados em 26 de março de 2013 (R\$ 384,10 por lote de mil ações)				(83.452)		(476.548)	560.000									19.728	19.728
Participação dos não controladores																	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.540.000	30	336.190	2.794.353		560.000			3.690.543	(345.817)			732.141	386.324	8.616.897	390.616	9.007.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional "CSN", também denominada Companhia ou Controladora, é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, coligadas e controladas em conjunto sendo denominadas, em conjunto, "Grupo"). A sede social da empresa está localizada em São Paulo.

A CSN possui ações listadas na bolsa de São Paulo (BOVESPA) e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Securities and Exchange Commission (SEC).

As principais atividades operacionais do Grupo estão divididas em 5 segmentos:

- Siderurgia:** Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas ("UPV") localizada no Município de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui operações nos Estados Unidos, Portugal e Alemanha com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.
- Mineração:** A produção de minério de ferro é desenvolvida no município de Congonhas no Estado de Minas Gerais. Explora ainda estanho no Estado de Rondônia para suprir as necessidades da UPV, sendo que, o excedente dessas matérias primas é comercializado com controladas e terceiros. A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.
- Cimentos:** A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta nova atividade e seus negócios já existentes. Ao lado da Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ), instalou uma nova unidade de negócios, que produz cimento do tipo CP-III, utiliza escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Explora ainda calcário e dolomito da unidade de Arcos no Estado de Minas Gerais para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimentos.
- Logística**
Ferrovias: A CSN tem participação em duas companhias ferroviárias: a MRS Logística, que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. e a Transnordestina Logística, que opera a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.
Portos: A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon, o Terminal de Contêineres (Tecon), no Porto de Itaguaí. Localizado na baía de Sepetiba, possui privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo. No Tecon é realizado o escoamento de produtos siderúrgicos da CSN, movimentação de contêineres, armazenagem, consolidação e desconsolidação de cargas.
- Energia:** Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia possui ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Veja maiores detalhes dos investimentos estratégicos e segmentos do Grupo na Nota 26 - Informações por Segmento de Negócios.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Base de preparação
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respectivas normas expedidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e normas emitidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis às demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS e normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório e referem-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, perdas estimadas em estoques, provisão para passivos trabalhistas civis, fiscais, ambientais e previdenciários, depreciação, amortização, exaustão, provisão para redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e benefícios a empregados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração (por exemplo, remensuração sistemática), o critério de custo de aquisição foi utilizado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 26 de março de 2013.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas
As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos Diplic, Mugen e Vértice conforme demonstrado a seguir:

Empresas

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2012	31/12/2011	
Participação direta em controladas:			
consolidação integral			
CSN Islands VII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands VIII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands IX Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands X Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XI Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
Tangua Inc. (1)	100,00	100,00	Operações financeiras
International Investment Fund	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Minerals S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias
CSN Export Europe, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Metals S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Americas S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Steel S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
TöBB S.A.	100,00	100,00	Companhia dormente
Sepetiba Tecon S.A.	99,99	99,99	Serviços portuários
Mineração Nacional S.A.	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
Florestal Nacional S.A.	99,99	99,99	Reflorestamento
Estanho de Rondônia S.A.	99,99	99,99	Mineração de estanho
Cia. Metalic Nordeste	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
Companhia Metalúrgica Prada	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
CSN Cimentos S.A.	99,99	99,99	Fabricação de cimento
CSN Gestão de Recursos Financeiros Ltda.	99,99	99,99	Companhia dormente
Congonhas Minérios S.A.	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
CSN Energia S.A.	99,99	99,99	Comercialização de energia elétrica
Transnordestina Logística S.A.	76,13	70,91	Logística ferroviária
TFNE - Transnordestina Ferrovias do Nordeste S.A.	99,99		Logística ferroviária
Participação indireta em controladas:			
consolidação integral			
CSN Aceros S.A.	100,00	100,00	Participações societárias
Companhia Siderúrgica Nacional LLC	100,00	100,00	Siderurgia
CSN Europe Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Ibéria Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Portugal, Unipessoal Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras e comercialização de produtos
Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A.	100,00	100,00	Participações societárias
Lusosider Aços Planos, S.A.	99,94	99,94	Siderurgia e participações societárias
CSN Acquisitions, Ltd.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Resources S.A.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Finance (UK) Ltd. (1)	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Holdings (UK) Ltd.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Handel GmbH	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Companhia Brasileira de Latas	59,17	59,17	Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias
Rimet Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A.	58,96	58,08	Produção e comercialização de vasilhames de aço e exploração de atividades florestais
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA	58,98	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Empresa de Embalagens Metálicas - LBM Ltda.	58,98	58,98	Comercialização de embalagens e participações em outras sociedades
Empresa de Embalagens Metálicas - MUD Ltda.	58,98	58,98	Produção e comercialização de produtos de utilidades domésticas e afins
Empresa de Embalagens Metálicas - MTM do Nordeste	58,98	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM	58,98	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
CSN Steel Comercializadora, S.L.U. (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Holdings 1, S.L.U. (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Holdings 2, S.L.U. (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Stalwerk Thüringen GmbH (2)	100,00		Produção e comercialização de aços longos e atividades afins
CSN Steel Sections UK Limited (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Sections Czech Republic s.r.o. (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Sections Polska Sp.z.o.o. (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias

continua...



...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2012	31/12/2011	
Participação direta em controladas em conjunto: consolidação proporcional			
Nacional Minérios S.A.	60,00	60,00	Mineração e participações societárias
Itá Energética S.A.	48,75	48,75	Geração de energia elétrica
MRS Logística S.A.	27,27	27,27	Transporte ferroviário
Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava	17,92	17,92	Consórcio de energia elétrica
Aceros Del Orinoco S.A.	22,73	22,73	Companhia dormente
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	50,00	50,00	Prestação de Serviços
CGPAR - Construção Pesada S.A. (3)	50,00		Serviços de apoio à mineração e participações societárias
Participação indireta em controladas em conjunto: consolidação proporcional			
Namisa Internacional Minérios S.L.U.	60,00	60,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Namisa Europe, Unipessoal Lda.	60,00	60,00	Participações societárias e comercialização de produtos e minérios
Namisa Handel GmbH (4)	60,00	60,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
MRS Logística S.A.	6,00	6,00	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A.	9,08	9,08	Companhia dormente
Participação direta em coligadas: equivalência patrimonial			
Arvedi Metalfer do Brasil S.A. (5)	20,00		Metalurgia e participações societárias

(1) Empresas liquidadas em 2012.
(2) Empresas adquiridas em 31 de janeiro de 2012 (vide nota 9.e).
(3) Participação adquirida em julho de 2012 (vide nota 9.d).
(4) Nova razão social da Aloadus Handel GmbH, alterado em 13 de agosto de 2012.
(5) Participação adquirida em 31 de julho de 2012 (vide nota 9.f).

Fundos Exclusivos

Fundos Exclusivos	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2012	31/12/2011	
Participação direta: consolidação integral			
Diplic - Fundo de investimento multimercado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Mugen - Fundo de investimento multimercado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Caixa Vértice - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação: Os ganhos não realizados em transações com controladas e controladas em conjunto são eliminados na medida da participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução do valor de recuperação (*impairment*). A data base das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Controladas
Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico), cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Controladas em conjunto
As demonstrações financeiras de controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle compartilhado se inicia até a data em que o controle compartilhado deixa de existir. As controladas em conjunto são consolidadas proporcionalmente.

Coligadas
Coligadas são todas as entidades sobre as quais a controladora tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Transações e participações de não controladores
A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial. Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou uma entidade financeira. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos a aquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

(c) Demonstração financeira individual
Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso da CSN, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial enquanto conforme o IFRS seria o custo ou valor justo.

(d) Moedas estrangeiras
i. Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

ii. Transações e saldos
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício de 31 de dezembro de 2012 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens monetários de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço, em 31 de dezembro de 2012, US\$ 1 equivale a R\$ 2,0435 (R\$ 1,8758 em 31 de dezembro de 2011), EUR 1 equivale a R\$ 2,6954 (R\$ 2,4342 em 31 de dezembro de 2011) e JPY 1 equivale a R\$ 0,02372 (R\$ 0,02431 em 31 de dezembro de 2011). Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receitas ou despesas financeiras. As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários classificados como mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais dos investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas nos resultados abrangentes no patrimônio. A partir de 2012, em função de mudanças ocorridas nas operações da controlada Namisa Europe, sua moeda funcional passou do dólar-norte americano para o real.

iii. Empresas do Grupo
Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações); e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado em outros resultados abrangentes.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de itens monetários de investimento em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio previamente registradas em outros resultados abrangentes são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

(e) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

(f) Contas a receber de clientes
Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas. A avaliação da Administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição de nossos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição dessa estimativa de perdas.

(g) Estoques
São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas adequadas. As pilhas de minério são contabilizadas como estoque quando são removidas da mina. O custo de produtos acabados compreende todos os custos diretos necessários para transformar os estoques em produtos acabados.

(h) Investimentos
Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. No caso de variação cambial de investimento no exterior que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira, no patrimônio líquido da Companhia bem como ajustes de plano de pensão e investimentos disponíveis para venda que impactam o patrimônio líquido das subsidiárias e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo, ou valor justo. Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

(i) Combinação de negócios
O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação dos não controladores na adquirida, pela parcela proporcional da participação dos não controladores no valor justo de ativos líquidos da adquirida (vide nota 3).

(j) Imobilizado
Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução do valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme nota 10. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados revertirão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos. Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/outras despesas operacionais".

Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de imobilizado. Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
- Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
- Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
- Exame e teste dos processos e métodos de extração;
- Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infraestrutura;
- Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério. A fase de desenvolvimento inclui:

- Perfurações para definir o corpo do minério;
- Planos de acessos e drenagem;
- Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas. Os gastos com remoção de estéril, após o início da fase produtiva da mina, são tratados como custo de produção. A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques.

(k) Ativos intangíveis
Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios e/ou gerados internamente. Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

• Ágio
O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. Deságio é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida. O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.

• Software
As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada de 01 a 05 anos.

(l) Impairment de ativos não financeiros
Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

(m) Benefícios a empregados
i. Benefícios a Empregados
Planos de contribuição definida
Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido
Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

A controladora e algumas subsidiárias ofereciam benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes, e posteriormente são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

ii. Participação nos lucros e bônus
A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocadas ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

(n) Provisões
Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente formalizada ou não (obrigação construtiva) adquirida resultante de eventos passados, (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente, e (iii) quando o valor pode ser estimado com razoável segurança. Provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa futuros esperados com base em uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e, onde apropriado, os riscos específicos do passivo.

(o) Concessões
A Companhia possui concessões governamentais e os pagamentos são classificados como arrendamento mercantil operacional.

continua...



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ nº 33.042.730/0001-04
NIRE nº 35300396090

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(p) **Capital Social**
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou resgatadas. Quando essas ações são subsequentemente resgatadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

(q) **Reconhecimento de receita**
A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua realização. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de *inceterm* do contrato.

(r) **Receitas financeiras e despesas financeiras**
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (excluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(s) **Imposto de renda e contribuição social**
O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos de renda correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(t) **Lucro/Prejuízo por ação**
O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referência média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

(u) **Custos ambientais e restauração de áreas**
A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação. Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, como apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

(v) **Pesquisa e desenvolvimento**
Todos esses custos são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos exceto quando atender critérios para capitalização. Gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram R\$ 6.033 (R\$ 6.532 em 2011).

(w) **Instrumentos financeiros**
i. **Ativos financeiros**
Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

• **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) de fluxo de caixa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

• **Empréstimos e recebíveis**
Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

• **Ativos mantidos até o vencimento**
São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• **Ativos financeiros disponíveis para venda**
São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos estratégicos da Companhia, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

• **Reconhecimento e mensuração**
As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e somente são registradas ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

ii. **Impairment de ativos financeiros**
A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*).

• **Ativos mensurados ao custo amortizado**
Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a CSN usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
• dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
• uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
• o emissor, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
• torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

• o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
• dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
– Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

– Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.
O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

• **Ativos classificados como disponíveis para venda**
No caso de instrumentos patrimoniais (ações) classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados (*impaired*). A determinação do que é considerada uma queda "significativa" ou "prolongada" exige julgamento. Para esse julgamento, é avaliada, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, a duração e proporção na qual o valor justo do investimento é menor que seu custo, além da saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro.

Se alguma dessas evidências existirem para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - é reclassificada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos disponíveis para venda não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

A CSN efetuou a análise de *impairment* de seu investimento disponível para venda em ações da Usiminas, veja nota 13.

iii. **Passivos financeiros**
Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

• **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**
Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo.

• **Outros passivos financeiros**
Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

• **Compensação de instrumentos financeiros**
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. **Instrumentos derivativos e atividades de hedge**
• **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**
Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge* . As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

• **Ganho ou perda de variação cambial sobre investimentos em operações no exterior**
Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

(x) **Informação por segmento**
Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis (vide nota 26).

(y) **Subvenções governamentais**
As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas quando então serão reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes.

(z) **Novas normas e interpretações ainda não adotadas**
As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012:

Norma	Descrição	Vigência
Emenda ao IAS 1	"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" (<i>Presentation of Items of Other Comprehensive Income</i>). Agrupam em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	"Benefícios a Empregados" (<i>Employee Benefits</i>). Elimina o método do corredor (aplicado nos anos anteriores pela Companhia) para reconhecimento de ganhos ou perdas atuárias e requer que se calcule os custos financeiros com base na captura líquida. Simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e amplia os requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2013
IFRS 10	"Demonstrações Financeiras Consolidadas" (<i>Consolidated Financial Statements</i>). Define os princípios e os requerimentos para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. Estabelece conceito de controle como base da consolidação e como aplicá-lo para identificar se uma empresa investida deve ser considerada controlada e, portanto consolidada.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (<i>Joint Arrangements</i>). Estabelece os princípios para divulgação de demonstrações contábeis de entidades que sejam partes de acordos conjuntos. Os acordos conjuntos são classificados pelo IFRS 11 em dois tipos: operações conjuntas e <i> joint ventures </i> . Operações conjuntas são aquelas em que os operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações relacionadas a esse acordo e, portanto, contabilizam sua parcela dos ativos, passivos, receitas e despesas. <i> Joint ventures </i> existem quando os operadores em conjunto têm direitos sobre o ativo líquido do acordo e, portanto, contabilizam sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional de <i> joint ventures </i> não é mais permitida.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgações sobre Participações em Outras Entidades" (<i>Disclosure of Interests in Other Entities</i>). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração do Valor Justo" (<i>Fair Value Measurement</i>). Define valor justo de uma forma mais precisa, explica como mensurá-lo (fornece uma única fonte) e determina o que deve ser divulgado. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações - Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (<i>Disclosures - Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities</i>). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
IFRS 27 (revisado em 2011)	"Demonstrações Financeiras separadas". Inclui outras considerações sobre demonstrações financeiras separadas, além das disposições sobre controle do IAS 27 incluídas no novo IFRS 10.	1º de janeiro de 2013
IAS 28 (revisado em 2011)	"Coligadas e Controladas em conjunto" (<i>Joint Ventures</i>). Estabelece requerimentos para controladas em conjunto e coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial a partir da emissão do IFRS 11.	1º de janeiro de 2013

continua...



...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Norma	Descrição	Vigência	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	Valor justo total
IFRIC 20	Custos de Remoção de Estéril (<i>Stripping</i>) de Mina de Superfície na Fase de Produção. A interpretação traz esclarecimentos sobre a contabilização dos custos de remoção de estéril na fase de produção de uma mina de superfície. Segundo o IFRIC 20, as entidades mineradoras que apresentam demonstrações financeiras em IFRS devem baixar ativos de remoção existentes para lucros acumulados se os ativos não puderem ser atribuídos a um componente identificável de uma jazida mineral.	1º de janeiro de 2013			
IAS 32	"Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos. Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.	1º de janeiro de 2014			
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros". O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável. A emenda ao IFRS 9 postergou a data de entrada em vigor de 2013 para 2015. Eliminou também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e passou a requerer divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015			

É esperado que algumas dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia em 2013 e 2015, como os IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12, que podem impactar o registro e divulgação dos investimentos em entidades atualmente consolidadas e/ou consolidadas proporcionalmente pela Companhia, o IFRIC 20 *Shipping Costs in the Production Phase of a Surface Mine* que pode impactar na contabilização da remoção de resíduos no ativo não circulante e o IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo. O impacto da adoção destas normas ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados a algumas das IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Quanto às demais emendas e novas normas listadas na tabela acima, a Companhia estima que suas adoções não terão impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

3 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

• Companhia Brasileira de Latas ("CBL")

Em 12 de julho de 2011 a CSN, por meio de sua controlada "Prada", efetuou um aumento de capital na Companhia Brasileira de Latas ("CBL"), mediante a capitalização de créditos. Desta forma, a Companhia passou a deter o controle da CBL, por meio de uma participação equivalente a 59,17% do seu capital votante, representada por 784.055.451 ações ordinárias ("Aquisição"). Com o controle da CBL serão geradas sinergias operacionais e administrativas, que gerarão redução dos custos de produção, custos logísticos e administrativos.

Conforme mencionado na Nota 2(i) foi utilizado o método de aquisição para a contabilização dos ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e a participação dos não controladores. A participação dos não controladores na CBL equivalente a 40,83% foi determinada proporcionalmente, com base no valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Existem acionistas não controladores que estão na estrutura societária do grupo controlador da CSN.

O custo de aquisição de R\$ 43.316 foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação de ativos e passivos foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros das entidades adquiridas. Os custos relacionados com a transação estão representados por serviços de consultoria, despesas com advogados e totalizam R\$ 485 incluídos no resultado do exercício, conforme incorridos.

As tabelas a seguir demonstram a alocação dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, o preço de compra considerado na aquisição do controle da CBL, e a determinação do "goodwill" resultante.

Ativos adquiridos e passivos assumidos	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	Valor justo total
Ativo Circulante	62.182	(7.465)	54.717
Ativo Não Circulante (*)	44.718	89.449	134.167
Passivo Circulante	(144.225)	10.522	(133.703)
Passivo Não Circulante (**)	(567.469)	351.035	(216.434)
Total de ativos adquiridos e passivos assumidos	(604.794)	443.541	(161.253)

(*) Composto principalmente pelo ajuste de valor justo no ativo imobilizado no montante de R\$ 90.572. O valor justo total do ativo imobilizado foi avaliado em R\$ 123.518 (vide nota 10).

(**) Composto principalmente pelo ajuste de valor justo em débitos com a CSN no montante de R\$ 388.640.

Os ajustes de valor justo efetuados partindo do balanço societário para a elaboração do balanço de abertura foram atualizados após a conclusão do laudo de avaliação em dezembro de 2011.

Ágio resultante da aquisição

(-) Valor patrimonial da CBL	(604.794)
(+) Ajuste ao valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	443.541
(=) Total valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	(161.253)
Preço de compra	43.316
Ágio resultante da aquisição	204.569

O ágio por expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*"), originado na aquisição, consiste principalmente de sinergias esperadas pela combinação de negócios do segmento de embalagens da Companhia Metalúrgica Prada com a CBL.

Em 31 de dezembro de 2012, a combinação de negócios com a Companhia Brasileira de Latas, ocorrida em 12 de julho de 2011, está sob apreciação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE").

• Stahlwerk Thüringen GmbH ("SWT") e Gallardo Sections

Em 31 de janeiro de 2012, a CSN, por meio de sua subsidiária integral CSN Steel S.L. concluiu a aquisição da totalidade das ações ("Ações") das empresas espanholas (a) Dankerena Guipúzcoa, S.L. (atualmente denominada CSN Steel Holdings 2, S.L.U.) e Grupo Alfonso Gallardo Thüringen, S.L.U. (atualmente denominada CSN Steel Holdings 1, S.L.U.) *holdings* que, juntas, detêm 100% do capital social da empresa alemã Stahlwerk Thüringen GmbH ("SWT"), uma produtora de aços longos localizada em Unterwellenborn, Alemanha, especializada na produção de perfis e com capacidade instalada de produção de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano; e (b) Gallardo Sections S.L.U. (atualmente denominada CSN Steel Comercializadora, S.L.U.), uma comercializadora dos produtos da SWT, todas detidas pelo Grupo Alfonso Gallardo, S.L.U. ("Grupo AG"). A concretização desta aquisição concorre para o fortalecimento da CSN no segmento de aços longos, reforçando o portfólio de ativos de classe mundial.

Conforme mencionado na Nota 2(i), foi utilizado o método de aquisição para a contabilização dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos.

O preço de compra no valor de R\$ 301.192 (EUR 131.790), atualizado pelo ajuste final de preço de aquisição no valor de R\$ 1.943 (EUR 850), foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação do preço de compra foram considerados os ajustes apresentados abaixo, e teve como ponto de partida o valor da transação de R\$ 1.104.648 (EUR 483.350):

	Valores em R\$
Valor da transação	1.104.648
Dívida líquida	(857.031)
Provisões	(11.782)
Créditos fiscais	13.498
Capital de giro	51.859
(=) Preço de compra	301.192

Os custos relacionados com a transação estão representados por serviços de consultoria, despesas com advogados e totalizam R\$ 20.879 incluídos no resultado, em despesas gerais e administrativas, conforme incorridos.

As tabelas a seguir demonstram a alocação dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos, reconhecidos na data da aquisição, o preço de compra considerado na aquisição do controle da SWT e Gallardo Sections, e a determinação do "goodwill" resultante.

Os ajustes de valor justo efetuados partindo do balanço societário para a elaboração do balanço de abertura foram atualizados após a conclusão do laudo de avaliação em dezembro de 2012.

7 OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

O grupo de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos judiciais (Nota 16)		732.666	954.711	877.672
Créditos junto a PGFN (*) (Nota 15)		84.392	806.103	806.103
Tributos a recuperar (**)	569.486	310.542	257.977	101.859
Antecipação de impostos				
Despesas Antecipadas	44.332	24.135	115.853	24.560
Ativo Atuarial - Parte Relacionada		93.546		
Ganhos não realizados com derivativos (Nota 13 I)	239.266	55.115	376.344	374.455
Margem garantia instrumentos financeiros (Nota 13 V)	435.161	407.467		
Estoque minério (Nota 6)		144.483		144.483
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR		9.914		46.292
Contas a receber		8.983		10.202
Créditos com partes relacionadas		136.077	115.549	125.843
Outros	14.234	18.060	47.452	40.818
	1.302.479	1.175.723	2.876.269	2.552.287

(*) Refere-se ao excesso de depósito judicial originado pelo programa do REFIS de 2009 conforme descrito na nota explicativa 15.

(**) Refere-se principalmente a PIS/COFINS e ICMS sobre aquisição de ativo fixo os quais serão recuperados por um período de 48 meses e imposto de renda e contribuição social a compensar.

continua...



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	31/12/2012			31/12/2011			Consolidado								
	Nacional Minérios (*)	Itá Energética	MRS Logística	CBSI	Nacional Minérios (*)	Itá Energética	MRS Logística	Terrenos		Máquinas, equipamentos e instalações		Obras em andamento		Total	
								Outros (*)	Outros (*)	Outros (*)	Outros (*)				
Demonstrações de Resultados															
Receita Líquida	3.836.415	217.493	3.013.158	61.915	3.766.712	242.913	2.862.337								
Custos dos Produtos e Serviços															
Vendidos	(2.730.077)	(66.162)	(1.993.927)	(58.245)	(2.168.655)	(81.692)	(1.732.552)								
Lucro Bruto	1.106.338	151.331	1.019.231	3.670	1.598.057	161.221	1.129.785								
(Despesas) e Receitas Operacionais	(412.091)	(48.688)	(262.777)	(3.807)	(135.782)	(66.223)	(199.754)								
Resultado Financeiro Líquido	1.329.707	(1.745)	(82.417)	174	1.040.693	(12.327)	(134.272)								
Lucro antes do IR/CSL	2.023.954	100.898	674.037	37	2.502.968	82.671	795.759								
IR/CSL correntes e diferidos	(407.469)	(33.962)	(227.497)	(10)	(429.624)	(28.103)	(272.714)								
Lucro líquido do exercício	1.616.485	66.936	446.540	27	2.073.344	54.568	523.045								

(*) Referem-se ao balanço e resultado consolidados da Nacional Minérios S.A.

Os valores do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício referem-se a 100% dos resultados das empresas.

• NACIONAL MINÉRIOS - NAMISA
Sediada em Congonhas, no estado de Minas Gerais, tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. Suas principais operações são desenvolvidas nos municípios de Congonhas, Ouro Preto, Itabirito e Rio Acima, no Estado de Minas Gerais, e em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro.
A CSN detém e consolida, proporcionalmente, 60% do capital social da Namisa.

• ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ITASA
A ITASA é uma sociedade anônima criada, originalmente, para viabilizar a construção da Usina Hidrelétrica de Itá: a contratação do fornecimento de bens e serviços necessários à realização do empreendimento e a obtenção de financiamento oferecendo as garantias correspondentes.
A CSN detém 48,75% do capital social da ITASA.

• MRS LOGÍSTICA
A sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, privatizada em 20 de setembro de 1996.
Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía diretamente participação de 27,27% e indiretamente, por meio de sua controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. (Namisa), participação de 6% no capital social da MRS.
A MRS poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.
Para a prestação dos serviços objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da concedente, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

• CONSÓRCIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE IGARAPAVA
A Usina Hidrelétrica de Igarapava localizada em Rio Grande na cidade de Conquista - MG, com capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo, é considerada um grande marco para a geração de energia no Brasil.
A CSN detém 17,92% do investimento no consórcio, cujo objeto é a distribuição de energia elétrica, sendo que esta é distribuída de acordo com o percentual de participação de cada empresa.
O saldo do imobilizado, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 30.584 (R\$ 31.751 em 31 de dezembro de 2011) e o valor da despesa em 2012 é R\$ 6.620 (R\$ 6.366 em 2011).

• CBSI - COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
Em dezembro de 2011, a CSN subscreveu 1.876.146 ações ordinárias, correspondentes a 50% do capital social da CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura ("CBSI"). O investimento é resultado de uma *joint venture* constituída entre a CSN e a CKLS Serviços Ltda. Situada na cidade de Araucária-PR, a CBSI tem como principal objetivo a prestação de serviços para controladas, coligadas, controladora e outras empresas terceiras, podendo explorar atividades relacionadas à recuperação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, manutenção civil, limpeza industrial, preparação logística de produtos, entre outros.

• CGPAR CONSTRUÇÃO PESADA S.A.
Em 18 de julho de 2012 a CSN subscreveu 50.000 ações ordinárias, correspondentes a 50% do capital social da CGPAR Construção Pesada S.A. ("CGPAR") no valor total de R\$ 50.000,00. Esta subscrição foi resultado de uma *joint venture* constituída entre a CSN e a GPA Construção Pesada e Mineração Ltda. Sediada na cidade de Belo Horizonte/MG, a CGPAR possui como principais atividades a prestação de serviços relacionados ao apoio à extração de minério de ferro, terraplanagem, movimentação de terras e construção de barragens.

(e) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior

• STAHLWERK Thüringen GmbH (SWT)
Em 31 de janeiro de 2012 a CSN, por meio de sua subsidiária integral CSN Steel S.L.U., adquiriu a empresa Stahlwerk Thüringen GmbH conforme mencionado na nota 3.
A Stahlwerk Thüringen GmbH foi constituída em 1992, a partir do extinto complexo industrial de aço Maxhütte, na cidade de Unterwellenborn na Alemanha, produz perfil de aço usado para a construção civil de acordo com as normas internacionais de qualidade. Sua principal matéria-prima é a sucata de aço, e sua capacidade instalada de produção é de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano.

• COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - LLC ("CSN LLC")
Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., sediada em Wilmington, no Estado de Delaware-EUA, possui planta industrial em Terre Haute, Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização. A CSN LLC é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Americas, subsidiária da CSN.

• LUSOSIDER
Constituída em 1996, em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano, a Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos relaminados a frio, com revestimento anti-corrosivo. A empresa dispõe, em Paio Pires, de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e oleada. Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos.

(f) Outros investimentos
• RIVERSDALE MINING LIMITED - Riversdale
Em 20 de abril de 2011, a Companhia, por meio de sua subsidiária CSN Europe Ltd., aderiu à oferta pública de aquisição de ações da Riversdale Mining Limited ("Riversdale") promovida pela Rio Tinto. Desta forma, a Companhia alienou a totalidade da participação acionária que detinha no capital social da Riversdale, equivalente a 47.291.891 ações ao preço de R\$ 16,50 por ação, totalizando R\$ 780.316.
• PANATLÂNTICA
Sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Esse investimento está avaliado a valor justo.
A Companhia detém atualmente 9,40% do capital social total da Panatlântica.

• USIMINAS
A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("USIMINAS") com matriz em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A USIMINAS produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga/MG e Cubatão/SP respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação. Também possui e explora minas de minério de ferro localizadas na cidade de Ituaçu/MG, que visa atender às estratégias de verticalização e de otimização dos custos de produção. A USIMINAS mantém centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do País, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção.
Em 31 de dezembro de 2012, a participação da Companhia no capital da Usiminas era de 14,13% nas ações ordinárias e 20,69% nas ações preferenciais.
A USIMINAS é listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"): USIM3 e USIM5.

• ARVEDI METALFER DO BRASIL
Em 31 de julho de 2012 a Companhia adquiriu participação minoritária correspondente a 20% do capital social da Arvedi Metalfer do Brasil S.A., empresa pré-operacional com foco na produção de tubos, com sede em Salto - SP.
A composição consolidada dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Panatlântica	12.965	12.030
Usiminas	2.323.172	2.077.277
Arvedi Metalfer do Brasil	12.977	
Outros	2.660	(1.082)
	2.351.774	2.088.225

10 IMOBILIZADO

	Consolidado						
	Terrenos	Edifícios	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	175.792	1.213.608	6.974.024	28.427	4.515.806	868.910	13.776.567
Efeito de variação cambial	1.234	3.640	16.377	135	(157)	2.162	23.391
Aquisição por meio de combinação de negócios	3.325	10.805	14.050	562	4.204	90.572	123.518
Acquisições		(6.719)	(30.059)	(17)	4.400.825	19.097	4.400.825
Baixas		(39.364)	(821.672)	(4.931)		(65.441)	(931.408)
Depreciação						4.774	4.774
Reversão de perdas estimadas na baixa de ativos							
Transferência para outras categorias de ativos	14.233	273.320	1.477.118	9.172	(1.848.785)	74.942	
Transferências para intangível						(11.104)	(11.104)
Outros		(170)	(4.883)	54	(4.470)	18.063	8.594
Saldo em 31 de dezembro de 2011	194.584	1.455.120	7.624.955	33.402	7.056.319	1.012.696	17.377.076
Custo	194.584	1.700.245	11.138.198	139.679	7.056.319	1.459.659	21.688.684
Depreciação acumulada		(245.125)	(3.513.243)	(106.277)		(446.963)	(4.311.608)

(*) Refere-se à depreciação de equipamentos paralisados (vide nota 24).

(c) A mina de Casa de Pedra é um ativo pertencente à CSN, que tem o direito exclusivo de explorar essas minas. As atividades de mineração de Casa de Pedra são baseadas no "Manifesto de Mina", que confere à CSN plena propriedade sobre os depósitos minerais existentes dentro dos limites de sua propriedade.
Em 31 de dezembro de 2012 o saldo do imobilizado líquido de Casa de Pedra era de R\$ 2.892.120 (R\$ 2.485.077 em 31 de dezembro de 2011), representados principalmente por obras em andamento no montante de R\$ 1.612.000 (R\$ 1.123.821 em 31 de dezembro de 2011).

(a) Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$ 409.498 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 353.156 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado e R\$ 276.596 (R\$ 248.012 em 31 de dezembro de 2011) na controladora. Esses custos são apurados, basicamente, para os projetos de mineração, cimento, aços longos e Transnordestina, que referem substancialmente a: (i) expansão da Casa de Pedra; (ii) construção da fábrica de cimentos em Volta Redonda (RJ) e da fábrica de clínquer em Arcos (MG); (iii) construção da usina de aços longos em Volta Redonda (RJ) e (iv) ampliação da ferrovia Transnordestina que ligará o carrido do Nordeste aos portos de Suape (PE) e Pecém (CE) (Vide notas 25 e 32).
Abaixo estão demonstradas as taxas utilizadas para as capitalizações dos custos de empréstimos:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Projetos específicos	TJLP + 1,3% até 3,2%		TJLP + 1,3% até 3,2%	
Projetos não específicos	UM006 + 2,7%		UM006 + 2,7%	
	8,47%		10,56%	

(b) As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Custo de Produção	1.178.884	892.297	892.505	730.030
Despesa Vendas	8.046	7.130	6.212	5.501
Despesa Gerais e Administrativas	28.924	29.941	8.240	7.352
	1.215.854	929.368	906.957	742.883
Outras operacionais (*)	14.797	18.883	13.590	18.177
	1.230.651	948.251	920.547	761.060

(*) Refere-se à depreciação de equipamentos paralisados (vide nota 24).

(c) A mina de Casa de Pedra é um ativo pertencente à CSN, que tem o direito exclusivo de explorar essas minas. As atividades de mineração de Casa de Pedra são baseadas no "Manifesto de Mina", que confere à CSN plena propriedade sobre os depósitos minerais existentes dentro dos limites de sua propriedade.

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo do imobilizado líquido de Casa de Pedra era de R\$ 2.892.120 (R\$ 2.485.077 em 31 de dezembro de 2011), representados principalmente por obras em andamento no montante de R\$ 1.612.000 (R\$ 1.123.821 em 31 de dezembro de 2011).



CNPJ nº 33.042.730/0001-04
NIRE nº 35300396090

...continuação

11 INTANGÍVEL

	Consolidado						Controladora		
	Ágio	Intangível prazo de vida útil definida	Relações com Clientes	Software	Outros	Total	Ágio	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	423.698	4.991		32.765	1.002	462.456	13.091	9.540	22.631
Efeito de variação cambial				6	72	78			
Aquisições por meio de combinações de Negócios (*)	204.569					204.569			
Aquisições e gastos				350	357	707			
Alienações				(784)	(489)	(1.273)			
Perdas por redução ao valor recuperável	(60.861)					(60.861)			
Transferência do imobilizado				11.487		11.487		2.522	2.522
Transferência do realizável a longo prazo					2.977	2.977			
Amortização		(4.991)		(9.622)	(2.230)	(16.843)		(3.961)	(3.961)
Outras movimentações				(2.113)	2.190	77			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	567.406			32.089	3.879	603.374	13.091	8.101	21.192
Custo	908.576	4.991		86.070	6.087	1.005.724	14.135	24.003	38.138
Amortização acumulada	(280.309)	(4.991)		(53.981)	(2.208)	(341.489)	(1.044)	(15.902)	(16.946)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(60.861)					(60.861)			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	567.406			32.089	3.879	603.374	13.091	8.101	21.192
Efeito de variação cambial			30.501	104	14.045	44.650			
Aquisições por meio de combinações de Negócios (**)	235.595		316.939		77.231	629.765			
Aquisições e gastos				961	571	1.532		237	237
Alienações				(1)	(564)	(565)			
Transferência do imobilizado				9.595		9.595		2.547	2.547
Amortização				(12.975)	(148)	(13.123)		(4.308)	(4.308)
Outras movimentações				210	14	224			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	803.001		347.440	29.983	95.028	1.275.452	13.091	6.577	19.668
Custo	1.194.059		347.441	85.183	97.405	1.724.088	14.135	26.787	40.922
Amortização acumulada	(330.197)			(55.200)	(2.378)	(387.775)	(1.044)	(20.210)	(21.254)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(60.861)					(60.861)			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	803.001		347.441	29.983	95.027	1.275.452	13.091	6.577	19.668

(*) Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill"), originado da combinação de negócios da Prada Embalagens com a CBL em 12 de julho de 2011.
(**) Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill"), originado da combinação de negócios da CSN Steel S.L. com empresas Stahlwerk Thüringen GmbH (SWT) e Gallardo Sections em 31 de janeiro de 2012 (vide nota 3).
O prazo de vida útil do software é de 01 a 05 anos e dos outros intangíveis de 13 a 30 anos.
Ágio: O fundamento econômico do ágio é a expectativa de rentabilidade futura e de acordo com os novos pronunciamentos esses valores não são amortizados contabilmente desde 1º de janeiro de 2009, quando passaram a estar sujeitos apenas aos testes de impairment.
• **Teste do ágio para verificação de "impairment"**
Com o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais da CSN os quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos em que o ágio é monitorado pela alta administração da Companhia, nunca acima dos Segmentos Operacionais.

Unidade Geradora de Caixa	Segmento	31/12/2012	31/12/2011	Investidora
Mineração	Mineração	347.098	347.098	Namisa
Embalagens (*)	Siderurgia	207.217	207.217	CSN
Aços planos	Siderurgia	13.091	13.091	CSN
Aços longos	Siderurgia	235.595		CSN Steel S.L.
		803.001	567.406	

(*) O ágio da UGC (Unidade Geradora de Caixa) Embalagens está apresentado líquido da perda por redução ao valor recuperável (impairment) registrada em 2011 na linha de outras receitas e despesas operacionais da demonstração de resultado do exercício no montante de R\$ 60.861.
O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") é determinado com base em cálculos do valor em uso.
Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de três anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de três anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a Unidade Geradora de Caixa ("UGC") atua.
As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2012 são as que seguem:

	Mineração	Embalagens	Aços Planos	Aços Longos
Margem bruta (i)	Para apuração da margem foram considerados os planos de expansão já aprovados no plano de negócios da Companhia. Foram considerados os preços de minério de ferro no mercado internacional com base em projeções elaboradas por instituições oficiais do segmento de mineração e para câmbio foi considerado uma curva projetada da taxa de dólar em termos reais até 2018, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, sendo que de 2018 em diante considerou-se a variação nula;	Média da Margem Bruta de cada Unidade Geradora de Caixa baseada no histórico e nas projeções aprovadas pelo Conselho para os próximos 3 anos, curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo e ganhos de sinergia entre as unidades de embalagem da Companhia;	Média da Margem Bruta de cada Unidade Geradora de Caixa baseada no histórico e nas projeções aprovadas pelo Conselho para os próximos 3 anos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo;	Com base nas projeções aprovadas pelo Conselho para os próximos 3 anos, curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo e considerando o ramp-up do volume de produção após o início das operações da planta;
Atualização dos custos	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais;	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais;	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais;	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais;
Taxa de crescimento (ii)	Os fluxos de caixa consideraram o período de projeção até 2052, devido à extensão nos prazos de implementação de alguns projetos, e aos prazos de vencimento dos principais contratos para o qual esse Business Plan foi desenvolvido, desta forma, não é necessário considerar taxa de crescimento em virtude do período de projeção ser acima de 30 anos;	Taxa de crescimento médio de 2,5% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado;	Taxa de crescimento médio de 2,0% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado;	Taxa de crescimento médio de 2,0% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado;
Taxa de desconto (iii)	Taxa de desconto de 8,2% a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.	Taxa de desconto de 8,2% a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.	Taxa de desconto de 8,2% a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.	Taxa de desconto de 8,2% a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

(i) Margem bruta orçada.
(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.
(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

12 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures, que se encontram registrados ao custo amortizado, são conforme abaixo:

	Taxas a.a. (%)	Consolidado				Controladora			
		Passivo Circulante 31/12/2012	Passivo Circulante 31/12/2011	Passivo não Circulante 31/12/2012	Passivo não Circulante 31/12/2011	Passivo Circulante 31/12/2012	Passivo Circulante 31/12/2011	Passivo não Circulante 31/12/2012	Passivo não Circulante 31/12/2011
Moeda Estrangeira									
Pré-Pagamento	1% até 3,50%	162.290	381.333	1.104.271	573.388	162.290	381.333	1.104.271	573.388
Pré-Pagamento	3,51% até 7,50%	8.954	148.597	878.705	1.281.171	121.962	276.615	1.104.474	3.398.081
Bônus Perpétuos	7,00%	2.781	2.553	2.043.500	1.875.800				
Fixed Rate Notes	6,50% até 10,00%	1.265.330	119.030	4.802.225	5.064.660	1.422.531	19.623	2.122.809	3.385.078
Importações Financiadas	6,01% até 8,00%	30.413	25.248	50.989	27.310	6.813	6.254	6.254	5.758
CCB	1,54%		176.440				176.440		
BNDES/FINAME	T. Juros Res. 635/87 + 1,7% e 2,7%	32.395	25.903	10.755	36.750	29.703	23.425	9.863	33.466
Intercompany						91.505	534.185	634.124	119.246
Outros	1,40% até 8,00% e CDI + 1,2%	25.262	105.442	411.274	145.438		87.811		
		1.527.425	984.546	9.301.719	9.004.517	1.834.804	1.505.686	6.976.541	7.515.017
Moeda Nacional									
BNDES/FINAME	TJLP + 1,5% até 5%	415.480	430.432	1.956.981	1.744.727	253.852	226.891	835.513	782.416
Debêntures	103,6% até 110,8% CDI e 1% + TJLP	144.902	672.073	4.613.634	2.822.424	46.355	655.755	2.715.000	1.150.000
Pré-Pagamento	104,8%, 109,5% e 111% CDI	163.961	537.128	4.856.557	4.523.224	147.713	510.072	2.800.000	2.466.667
CCB	112,5% CDI	62.072	101.280	7.200.000	7.200.000	62.072	101.280	7.200.000	7.200.000
Intercompany						302.299	1.356.010	1.077.420	
Outros		12.599	9.509	29.398	37.058	1.986	1.845	3.973	5.528
		799.014	1.750.422	18.656.570	16.327.433	814.277	2.851.853	14.631.906	11.604.611
Total de Empréstimos e Financiamentos		2.326.439	2.734.968	27.958.289	25.331.950	2.649.081	4.357.539	21.608.447	19.119.628
Custos de Transação e Prêmios de Emissão		(31.030)	(32.885)	(101.939)	(145.445)	(27.578)	(27.398)	(89.958)	(114.133)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação		2.295.409	2.702.083	27.856.350	25.186.505	2.621.503	4.330.141	21.518.489	19.005.495

Os saldos de pré-pagamentos com partes relacionadas da controladora totalizam R\$ 2.339.776 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 2.244.927 em 31 de dezembro de 2011) e os saldos de Fixed Rate Notes e Intercompany Bonds totalizam R\$ 3.545.340 (R\$ 3.404.701 em 31 de dezembro de 2011), vide nota 18.

• Custos de Transação das Captações

Em 31 de dezembro de 2012 os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados como segue:

	Consolidado		Controladora		TJ (1)	TIR (2)
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		
Fixed rate notes	1.654	1.717	701	2.490	6,5% até 10%	6,75% até 10,7%
BNDES	2.088	5.606	1.760	3.141	1,3% até 3,2%	1,44% até 9,75%
Pré-pagamento	8.059	14.369	6.707	7.735	109,50% e 110,79% CDI	10,08% até 12,44%
Pré-pagamento	908	2.969	509	1.874	2,37% e 3,24%	2,68% até 4,04%
CCB	17.472	72.306	17.472	72.306	112,5% CDI	11,33% até 14,82%
Outros	849	4.972	429	2.412	105,8% e 110,8% CDI	12,59% e 13,27%
	31.030	101.939	27.578	89.958		

(1) TJ - Taxa de juros anual contratada.
(2) TIR - Taxa interna de retorno anual.

• Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado	Controladora
2014	2.917.379	3.256.030
2015	3.886.092	3.671.510
2016	3.281.664	2.114.650
2017	3.530.240	2.478.440
2018	3.726.463	2.675.362
Após 2018	8.572.951	7.412.455
Bônus Perpétuos	2.043.500	7%
	27.958.289	21.608.447

• Captações dos empréstimos e Amortizações, financiamentos e debêntures

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício corrente:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	27.888.588	20.089.447	23.335.636	15.183.349
Captações	3.721.945	7.824.012	2.712.471	7.314.956
Amortizações	(4.821.661)	(3.614.606)	(4.713.335)	(2.818.933)
Outros (*)	3.362.887	3.589.735	2.805.220	3.656.264
Saldo final	30.151.759	27.888.588	24.139.992	23.335.636

(*) Inclusos variações cambiais e monetárias não realizadas.
Os contratos de empréstimo e financiamento da Companhia preveem cláusulas restritivas, usuais em contratos desta natureza, e que se encontram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2012.

Em janeiro de 2012, a Companhia garantiu financiamento contratado por sua subsidiária CSN Steel S.L., no valor de EUR 120.000 mil, destinado ao financiamento parcial da aquisição da totalidade das ações detidas pelo Grupo Alfonso Gallardo, S.L.U. ("Grupo Gallardo") nas empresas Stahlwerk Thüringen GmbH ("SWT") e Gallardo Sections S.L.U.
Em janeiro de 2012, a Companhia precisou, através de sua subsidiária integral CSN Resources S.A., uma emissão adicional de bônus, no valor de US\$ 200.000 mil, por meio da reabertura dos bônus de US\$ 1.000.000 mil e vencimento em julho de 2020.
Em setembro de 2012, a Companhia liquidou as notas promissórias comerciais, com o pagamento do montante de R\$ 800.000 de principal e R\$ 33.277 de juros.

• Debêntures

i. Companhia Siderúrgica Nacional

Quarta emissão
Em fevereiro de 2012 a Companhia liquidou a quarta emissão com o pagamento no montante de R\$ 600.000 de principal e R\$ 35.285 de juros.

Quinta emissão
Em julho de 2011 a Companhia emitiu 115 debêntures não conversíveis e quirográficas, em série única, ao valor nominal unitário de R\$ 10.000 totalizando R\$ 1.150.000 com juros remuneratórios de 110,80% a.a. do CDI Cetip com vencimento em julho de 2019 com opção de resgate antecipado.



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ nº 33.042.730/0001-04
NIRE nº 35300396090

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Plano de suplementação da média salarial

Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício complementar.

Plano misto de benefício complementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido.

Plano CBSPrev Namisa

Iniciado em 06 de janeiro de 2012, é um plano de contribuição definida, com uma pequena parcela de benefício definido. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) por um percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) na forma de pagamento único, e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, ou (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício.

(b) Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (Asset Liability Management), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC nº 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios do investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução nº 3.792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

(c) Benefícios a empregados

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 - Benefícios a empregados e IAS 19 - Employee Benefits.

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
	Ativo Atuarial (*)	Passivo Atuarial
Benefícios de planos de pensão	93.546	11.673
Benefícios de saúde pós-emprego	547.652	457.377
	93.546	565.591
	565.591	469.050

(*) A partir de 2012, a Companhia optou por registrar em seu balanço patrimonial o ativo e suas contrapartidas decorrentes da avaliação atuarial dos planos superavitários, de acordo com o item 59 do CPC 33 - Benefícios a empregados e IAS 19 - Employee Benefits.

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações de benefício definido	2.666.261	2.153.649
Valor justo dos ativos do plano	(2.923.483)	(2.384.450)
Déficit/(Superávit)	(257.222)	(230.801)
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	181.615	174.926
Passivo/(Ativo) Líquido	(75.607)	(55.875)
Passivos	17.939	11.673
Ativos	(93.546)	(67.548)
Passivo/(Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	(75.607)	11.673

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido durante o exercício de 2012 é demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações no início do exercício	2.153.649	1.982.556
Custo do serviço	5.801	5.579
Custo dos juros	215.850	202.242
Benefícios pagos	(193.563)	(178.402)
Perda/(ganho) atuarial	484.524	141.674
Valor presente das obrigações no final do exercício	2.666.261	2.153.649

A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício de 2012 é demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor justo dos ativos no início do exercício	(2.384.450)	(2.316.018)
Retorno esperado dos ativos do plano	(272.406)	(260.163)
Contribuições dos patrocinadores	(3.797)	(67.709)
Contribuições dos participantes	193.563	178.402
Benefícios pagos	(456.393)	81.038
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(2.923.483)	(2.384.450)

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2012 é demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Custos de serviços correntes	5.801	5.579
Custos de juros	215.850	202.242
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(272.406)	(260.163)
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício anterior	(3.797)	(67.709)
(54.552)	(120.051)	(120.051)
Total dos custos/(receita) não reconhecida (*)	(37.477)	(16.374)
Total dos custos/(receita) reconhecido na demonstração do resultado	(17.075)	(103.677)
Total dos custos/(receitas), líquidos	(54.552)	(120.051)

(*) Efeito do limite do parágrafo 58 (b) do CPC 33 - Benefícios a empregados IAS 19 - Employee Benefits.

O (custo)/receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais em 2012 está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
(Ganhos) e perdas atuariais	28.131	222.712
Restrição devido à limitação de recuperação	6.688	(105.655)
34.819	117.057	117.057
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecido em outros resultados abrangentes	(2.657)	28.048
(Ganhos) e perdas atuariais não reconhecidos (*)	37.476	89.009
Custo total de (ganhos) e perdas atuariais	34.819	117.057

(*) Perda atuarial é decorrente de flutuação nos investimentos que compõe a carteira de ativos da CBS.

O histórico de ganhos e perdas atuariais é como segue:

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Valor presente das obrigações do benefício definido	2.666.261	2.153.649	1.982.556	1.731.767	(1.415.029)
Valor justo dos ativos do plano	(2.923.483)	(2.384.450)	(2.316.018)	(2.160.158)	1.396.350
Déficit/(Superávit)	(257.222)	(230.801)	(333.462)	(428.391)	(18.679)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	484.524	141.674	225.341	287.146	
Ajustes de experiência nos ativos do plano	456.393	(81.038)	40.669	664.341	

29 AVAIS E FIANÇAS

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

	Moeda	Vencimentos	Empréstimos		Execução fiscal		Outros		Total
			31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Transnordestina	R\$	Até 08/05/2028 e indeterminado	1.626.509	1.358.657	1.800	1.800	4.866	7.686	1.633.175
CSN Cimentos	R\$	Até 18/11/2014 e indeterminado			25.403	30.213	42.397	30.097	67.800
Prada	R\$	Até 07/02/2014 e indeterminado			10.133	9.958	21.616	2.440	31.749
Sepetiba Tecon	R\$			700					700
Itá Energética	R\$	15/09/2013	7.326	7.326					7.326
CSN Energia	R\$	Até 30/12/2012 e indeterminado			4.192	2.392		2.336	4.192
Congonhas Minérios	R\$	21/05/2018	2.000.000	2.000.000					2.000.000
Fundação CSN	R\$	Indeterminado	1.003						1.003
Total em R\$			3.634.838	3.366.683	41.528	44.363	68.879	42.559	3.745.245
CSN Islands VIII	US\$	16/12/2013	550.000	550.000					550.000
CSN Islands IX	US\$	15/01/2015	400.000	400.000					400.000
CSN Islands XI	US\$	21/09/2019	750.000	750.000					750.000
CSN Islands XII	US\$	Perpetuo	1.000.000	1.000.000					1.000.000
CSN Recursos	US\$	21/07/2020	1.200.000	1.000.000					1.200.000
Total em US\$			3.900.000	3.700.000					3.900.000
CSN Steel S.L.	EUR	31/01/2020	120.000						120.000
Total em EUR			120.000						120.000
Total em R\$			8.218.991	6.940.460	41.528	44.363	68.879	42.559	8.218.991
			11.853.829	10.307.143					10.394.065

30 COMPROMISSOS

(a) Contratos "take-or-pay"

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia possuía contratos de "take-or-pay", conforme demonstrado no quadro abaixo:

Contraparte	Natureza do serviço	Condições do contrato	Pagamentos no período					Após 2015	Total
			2011	2012	2013	2014	2015		
MRS Logística	Transporte de minério de ferro.	Cláusula contratual para garantia de receita sobre frete ferroviário. No caso da CSN significa um pagamento mínimo de 80% sobre o orçamento de transporte.	153.870	142.190	131.271	131.271	131.271	65.635	459.448
MRS Logística	Transporte de produtos siderúrgicos.	Transporte de pelo menos 80% do volume anual acordado com a MRS.	17.606	68.248	58.762	58.762	58.762	24.484	200.770
(*) MRS Logística	Transporte de minério de ferro, carvão e coque.	Transporte de 8.280.000 ton a.a. de minério de ferro e de 3.600.000 ton a.a. de carvão, coque e outros reductores.	41.463	23.334					
FCA	Transporte de produtos de mineração.	Transporte de no mínimo 1.900.000 toneladas a.a.	1.324	734	69.817				69.817
FCA	Transporte ferroviário pela FCA à CSN Cimentos de clínquer.	Transporte de no mínimo 675.000 toneladas a.a. de clínquer em 2011 e de 738.000 toneladas a.a. de clínquer a partir de 2012.	1.648	2.733	27.300	27.300	27.300	118.301	200.201
(*) ALL	Transporte ferroviário de produtos siderúrgicos.	Transporte ferroviário de 20.000 toneladas de produtos siderúrgicos no mês, podendo variar 10% para mais ou para menos, com origem no Terminal de Água Branca em São Paulo para CSN PR em Araucária - PR.	14.774	11.894					

continua...



...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Contraparte	Natureza do serviço	Condições do contrato	Pagamentos no período		2013	2014	2015	Após 2015	Total
			2011	2012					
White Martins	Fornecimento de gás (oxigênio, nitrogênio e argônio).	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume anual de gás contratado com a White Martins.	102.274	110.999	110.113	110.113	110.113	110.113	440.452
(*) CEG Rio	Fornecimento de gás natural.	A CSN se compromete a adquirir pelo 70% do volume mensal de Gás Natural.	432.449	441.804					
Vale S.A.	Fornecimento de pelotas de minério de ferro.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume de pelotas de minério de ferro garantido em contrato. A apuração do montante de take or pay ocorre a cada 18 meses.	349.797	444.642	132.302	88.201			220.503
Compagás	Fornecimento de gás natural.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de gás natural contratado com a Compagás.	16.884	18.874	15.058	15.058	15.058	135.522	180.696
COPEL	Fornecimento de energia.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de energia contratado com a COPEL.	13.378	15.202	7.487	7.487	7.487	39.934	62.395
K&K Tecnologia	Beneficiamento de Lama de Alto Forno gerada no processo de produção de gusa.	A CSN se compromete a fornecer pelo menos 3.000 toneladas por mês de Lama de AF para processamento na Planta de concentração de Lama da K&K.	6.186	7.585	7.074	7.074	7.074	51.285	72.507
Harsco Metals	Beneficiamento de escória resultante do processo de produção de gusa e aço.	A Harsco Metals se compromete a executar o Beneficiamento de Metálicos e Britagem de Escória resultante do processo de produção de gusa e aço da CSN, recebendo por este beneficiamento o equivalente em valor ao resultado da multiplicação do preço unitário (R\$/ton) pela produção total de Aço Líquido da Aciaria da CSN, com a garantia de produção mínima de Aço Líquido correspondente a 400.000 toneladas.	39.739	40.506	30.000	15.000			45.000
Siemens	Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento.	A Siemens se compromete a industrializar, reparar, recuperar e fabricar, no todo ou em parte, das unidades de máquina de lingotamento para prover as necessárias manutenções off-line e on-line dos Conjuntos de Máquinas de Lingotamento Contínuo da Usina Presidente Vargas (UPV). O pagamento ocorre por R\$/ton de placa de aço produzida.	38.817	46.424	19.622				19.622
			1.230.209	1.375.169	608.806	460.266	357.065	545.274	1.971.411

(*) Encontra-se em fase de renegociação.

(b) Contratos de concessão

Os pagamentos mínimos futuros referente a concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2012, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa	Natureza do serviço	2013	2014	2015	Após 2015	Total
MRS	Concessão de 30 anos renováveis por mais 30 anos, prestando serviços de transporte ferroviário de minério de ferro das minas de Casa de Pedra em Minas Gerais, coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda, transporte das exportações para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro e escoamento de material acabado para mercado interno.	86.322	86.322	86.322	884.804	1.143.770
Transnordestina	Concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.	7.011	7.011	7.011	80.039	101.072
Tecar	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, por um período a vencer em 2022 e renovável por mais 25 anos.	117.913	125.922	125.922	881.455	1.251.212
Tecon	Concessão de 25 anos iniciada em julho de 2001, renovável por mais 25 anos, para operar o terminal de contêiner no Porto de Itaguaí.	23.838	23.838	23.838	238.384	309.898
		235.084	243.093	243.093	2.084.682	2.805.952

(c) Projetos e outros compromissos

• Siderurgia - Aços planos e longos

A CSN pretende produzir 500.000 toneladas a.a. de produtos de aços longos, projetando-se 400.000 ton/ano de vergalhão e 100.000 ton/ano de fio-máquina. As instalações utilizarão sucata e gusa como principais matérias-primas. Além dessa usina, a CSN avalia a opção de desenvolvimento no Brasil de outros projetos similares, também com capacidade de 500.000 toneladas a.a. cada um.

• Projeto de minério de ferro

A CSN projeta produzir 89 Mtpa de produtos de minério de ferro, sendo 50 Mtpa oriundas de Casa de Pedra e 39 Mtpa na Namisa. Além disso, a CSN está investindo na expansão da capacidade do porto marítimo em Itaguaí, ou TECAR, para um patamar de 84 Mtpa.

As importações de carvão e coque são feitas por meio do terminal TECAR cujo prazo do contrato de concessão é de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Na extinção da concessão, retornarão à CDRJ (Companhia Docas do Rio de Janeiro) todos os direitos e privilégios transferidos à CSN, junto com os bens de posse da CSN e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela CDRJ por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela CDRJ pelo valor residual do seu custo, depois de deduzidas as depreciações/amortizações.

• Projeto Nova Transnordestina

O Projeto Nova Transnordestina inclui 1.728 km adicionais de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. A Companhia espera que os investimentos permitam à Transnordestina Logística S.A. aumentar o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. Os investimentos estão sendo financiados por meio de várias agências, como o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o BNDES. A Transnordestina obteve certas autorizações ambientais exigidas, adquiriu partes de equipamentos e serviços e a implementação está avançada em certas regiões.

A Companhia garante os empréstimos da Transnordestina do BNDES, totalizando R\$ 410.675 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 392.874 em 31 de dezembro de 2011). Esses empréstimos são para fins de financiamento dos investimentos em infraestrutura da Transnordestina. O valor máximo para pagamentos futuros que poderá ser exigido ao avalista conforme a garantia é de R\$ 410.675.

• Projeto de Plataforma Logística da CSN de Itaguaí

Conforme os termos da concessão, a CSN é responsável por descarregar pelo menos 3,0 milhões de toneladas de carvão e coque dos fornecedores da CSN por meio do terminal anualmente, assim como embarques de minério. Entre os investimentos aprovados anunciados pela CSN, destaca-se o desenvolvimento e a expansão do terminal de granéis sólidos em Itaguaí para lidar também com até 84 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano.

• Contratos de longo prazo com Namisa

A Companhia celebrou contratos de longo prazo com a Namisa, para prestação de serviços de operação portuária e fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) da mina Casa de Pedra, conforme descrito a seguir:

i. Contrato de serviço de operação portuária

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato para a prestação de serviços portuários para a Namisa, por prazo de 34 anos, que consiste em receber, manusear, estocar e embarcar minério de ferro da Namisa em volumes anuais que variam de 18,0 a 39,0 milhões de toneladas. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 5,3 bilhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos serviços a serem prestados sob este contrato. O valor desses serviços portuários é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

ii. ROM de alta sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de alta sílica para a Namisa, por prazo de 30 anos, em volumes que variam de 42,0 a 54,0 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 1,6 bilhão como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

iii. ROM de baixa sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de baixa sílica para a Namisa, por prazo de 35 anos, em volumes que variam de 2,8 a 5,04 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 424 milhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

31 SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contratam vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Responsabilidade Civil Transportador, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Diversos, Crédito à Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Em 2012, após negociação com seguradoras e resseguradoras no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 30 de junho de 2012 a 30 de junho de 2013. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$ 500.000.000 e cobre as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, Mineração Casa de Pedra, Mineração Arcos, CSN Paraná, CSN Porto Real, Terminal de cargas Tecar, Terminal Tecon, Namisa e CSN Cimentos. A CSN se responsabiliza pela primeira faixa de retenção de US\$ 300.000.000 em excesso às franquias de danos materiais e lucros cessantes.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32 INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social pagos	165.304	165.321		99.598
Adição ao imobilizado com capitalização de juros	409.498	353.156	276.596	248.012
Aquisição de imobilizado sem adição de caixa			377.804	
	574.802	518.477	654.400	347.610

33 EVENTOS SUBSEQUENTES

• Aprovação do CADE referente a aquisição da CBL pela Prada

Em 20 de fevereiro de 2013 o ato de concentração relativo a aquisição de controle da Companhia Brasileira de Latas ("CBL") pela Companhia Metalúrgica Prada ("Prada") foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), sem restrições e por unanimidade.

• Emissão Nota de Crédito à Exportação

No primeiro trimestre de 2013, a Companhia emitiu Nota de Crédito à Exportação no montante total de R\$ 345.000.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BENJAMIN STEINBRUCH
PresidenteJACKS RABINOVICH
Vice-Presidente

Conselheiros

ANTÔNIO FRANCISCO DOS SANTOS
FERNANDO PERRONE
RUBENS DOS SANTOS
YOSHIKI NAKANO

DIRETORIA

BENJAMIN STEINBRUCH
Diretor PresidenteENÉAS GARCIA DINIZ
Diretor ExecutivoLUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ
Diretor ExecutivoTUFI DAHER FILHO
Diretor ExecutivoDAVID MOISE SALAMA
Diretor Executivo de
Relações com InvestidoresJOSE TARAGANO
Diretor ExecutivoJUAREZ SALIBA DE AVELAR
Diretor Executivo

COMITÊ DE AUDITORIA

FERNANDO PERRONE
ANTÔNIO FRANCISCO DOS SANTOS
YOSHIKI NAKANO

CONTADORES

ROGERIO LEME BORGES DOS SANTOS
Diretor de Controladoria
Contador - CRC 1SP174860/O-2
JOÃO LAURIANO BERNARDO
Gerente de Contabilidade Geral
Contador - CRC 1SP123598/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia Siderúrgica Nacional
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Siderúrgica Nacional ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Siderúrgica Nacional em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Siderúrgica Nacional em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Siderúrgica Nacional essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das informações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 26 de março de 2012, o qual não contém nenhuma modificação.

São Paulo, 26 de março de 2013

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Roberto Wagner Promenzio
Contador
CRC nº 1 SP 088438/O-9

continua...



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ nº 33.042.730/0001-04
NIRE nº 35300396090

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A globalização da economia mundial e o crescente protagonismo do Brasil levam, cada vez mais a CSN, a considerar a internacionalização de suas operações como estratégia de negócios. Em 2012, mais um passo foi dado nessa direção, com a compra da siderúrgica alemã Stahlwerk Thüringen GmbH (SWT), com capacidade de produção de 1,1 milhão de toneladas de aço longos por ano, a planta é uma das mais eficientes da Europa.

A SWT se junta às duas outras unidades operacionais da CSN no exterior: a CSN LLC, em Terre Haute, nos Estados Unidos, e a Lusosider, em Portugal. Tanto a Europa como os Estados Unidos são mercados maduros, com perspectiva positiva a médio prazo.

A chegada da SWT e a constante melhoria de produtividade das operações no Brasil levaram a CSN a um novo recorde histórico em 2012: a receita líquida consolidada atingiu R\$ 16,9 bilhões.

A receita líquida no segmento siderúrgico foi de R\$ 10,8 bilhões em 2012. O volume vendido foi recorde: 5,8 milhões de toneladas, 19% maior que o registrado no ano anterior. Recorde também no mercado interno onde a Companhia vendeu 4,5 milhões de toneladas de aços planos.

Nascida a partir da Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, na década de 40, a CSN é hoje um dos maiores grupos siderúrgicos integrados do País. As atividades de mineração, cimento, energia e logística se complementam, trazendo sinergias e ganhos de produção. Em 2012 os investimentos realizados pela CSN em todas as suas atividades totalizaram R\$ 3,1 bilhões. E o futuro é promissor. Nos próximos meses entrará em funcionamento a nova fábrica de aços longos em Volta Redonda. Será o ingresso definitivo da CSN nesse mercado, justamente num momento de prolongada expansão da construção civil no País. Nesta trajetória, alcançamos também em 2012, significativo avanço na produção de cimentos, com a comercialização de 2 milhões de toneladas do produto.

Com apostas no crescimento do mercado interno e no posicionamento estratégico global, a CSN diversifica suas atividades para garantir um futuro sólido.

Benjamin Steinbruch
Presidente do Conselho de Administração

2 A EMPRESA

A CSN é uma empresa altamente integrada, com negócios em siderurgia, mineração, cimento, logística e energia.

A Companhia atua em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro, até a produção e comercialização de uma diversificada linha de produtos siderúrgicos de alto valor agregado. O sistema integrado de produção, aliado à qualidade de gestão, faz com que a CSN tenha um dos mais baixos custos de produção da siderurgia mundial.

Em 2012 o volume de aço comercializado pela CSN atingiu o recorde de 5,8 milhões de toneladas, um crescimento de 19% em relação a 2011, com forte ênfase para as vendas no mercado interno, que totalizaram 4,5 milhões de toneladas.

A mina própria de Casa de Pedra, localizada no município de Congonhas, em Minas Gerais, abastece a CSN com minério de ferro de alta qualidade, necessário à produção siderúrgica. Com reservas provadas e prováveis de 1,6 bilhão de toneladas, a mina de Casa de Pedra tem capacidade atual de produção de 21 milhões de toneladas por ano.

A partir de 2007 a CSN, com sua controlada em conjunto NAMISA, comercializa minério de ferro no mercado transoceânico. A CSN administra ainda dois terminais portuários em Itaguaí (RJ), o Tecar, por onde é embarcado o minério de ferro para o mercado transoceânico e o terminal de contêineres (Sepetiba Tecon). Com a mina de Casa de Pedra, a CSN vem firmando sua posição como um importante player no mercado transoceânico de minério de ferro, sendo, em conjunto com a NAMISA, o segundo maior produtor nacional. As exportações de minério de ferro são efetuadas basicamente para a Ásia, Europa e Oriente Médio.

A complementaridade da indústria cimenteira com a siderurgia levou a CSN a ingressar em 2009 no mercado de cimento, agregando valor à escória gerada em sua produção de aço bruto.

Além do suprimento de calcário para a produção de aço na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, a mina de Arcos, em Minas Gerais, passou a fornecer a partir de 2011, calcário não siderúrgico para a produção de clínquer, uma das principais matérias-primas utilizadas na fabricação de cimento. Assim a CSN demonstra cada vez mais integração entre suas atividades, verticalizando a produção e ganhando em competitividade e rentabilidade.

A Companhia é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do país e vem investindo desde 1999 em projetos e ativos de geração de energia elétrica, visando garantir sua autossuficiência. A capacidade de geração média de 428 MW da CSN atende a necessidade total de energia elétrica do grupo.

3 PERSPECTIVAS, ESTRATÉGIAS E INVESTIMENTOS

Dentro dos cinco segmentos em que atua de forma altamente integrada, a CSN investe na modernização de suas unidades, bem como na expansão de sua capacidade de produção, buscando sempre maximizar o retorno aos seus acionistas. Além dos investimentos em projetos de crescimento orgânico, a Companhia analisa oportunidades de aquisição e aliança estratégica no Brasil e no exterior.

3.1 - SIDERURGIA

A Usina Presidente Vargas é a principal unidade de produção siderúrgica da CSN, com uma capacidade instalada de produção de 5,6 milhões de toneladas de aço bruto. No ano de 2012, a usina produziu 4,8 milhões de toneladas de aço bruto, enquanto a produção de laminados atingiu 4,7 milhões de toneladas.

Com relação a aços planos, a CSN vem ampliando seus centros de serviços, como a ampliação da unidade de Porto Real, filial da Companhia voltada para o setor automobilístico, além de desenvolver projetos de expansão da planta de pré-pintados no Paraná.

A CSN vem trabalhando na diversificação de suas atividades siderúrgicas, com a entrada no segmento de aços longos, por meio da construção de uma unidade em Volta Redonda, com capacidade de produção de 500 mil toneladas anuais, entre vergalhões e fios-máquina.

A Companhia conta ainda com subsidiárias no exterior, a CSN LLC, instalada em Terre Haute, no Estado de Indiana, nos EUA, que atua em laminação a frio e galvanização, a Lusosider, em Paio Pires, Portugal, que produz laminados revestidos e a SWT, localizada em Unterwellenborn, na Alemanha. A SWT, com capacidade de produção de 1 milhão de toneladas anuais de perfis de aço destinados à construção civil e industrial, foi adquirida em janeiro de 2012.

3.2 - MINERAÇÃO

A CSN está posicionada como a segunda maior exportadora de minério de ferro do Brasil. Considerando a totalidade das vendas de produtos acabados de minério de ferro da mina de Casa de Pedra e da NAMISA, a CSN comercializou em 2012 um volume de 25,8 milhões de toneladas. Além disso, em 2012, a Companhia produziu e destinou ao consumo próprio 6,1 milhões de toneladas de minério de ferro. Os projetos de expansão em andamento visam atingir uma capacidade total de comercialização de 89 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

Paralelamente, a CSN trabalha na expansão do Tecar, no Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, no sentido de atingir uma capacidade de embarque total de 84 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

3.3 - CIMENTO

A CSN implantou em 2009 a sua primeira planta de moagem de cimento em Volta Redonda, com capacidade de 2,4 milhões de toneladas anuais, que produziu e comercializou em 2012, cerca de 2,0 milhões de toneladas de cimento.

Com o crescimento esperado para o mercado de cimento doméstico, a CSN está estudando a expansão de sua capacidade de produção de cimento para 5,4 milhões de toneladas anuais.

3.4 - LOGÍSTICA

Portos

O Sepetiba Tecon, administrado pela CSN, é um porto concentrador de cargas (Hub Port), posicionado como o maior terminal de contêineres do Rio de Janeiro e um dos maiores do Brasil em seu segmento.

Para a expansão do Sepetiba Tecon estão sendo realizados investimentos em infraestrutura, como a equalização do berço 301 e novos equipamentos. Este projeto tem como objetivo transformar o Berço 301 em um cais contínuo, permitindo operação simultânea de navios de grande porte, o que elevará sua capacidade.

Ferrovias

A CSN tem participação em duas companhias ferroviárias: a MRS Logística e a Transnordestina Logística S.A.

MRS

A CSN possui, direta e indiretamente, 33,27% do capital votante da MRS Logística, que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Belo Horizonte.

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias-primas e escoamento de produtos finais. A totalidade do minério de ferro exportado e do carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço e do cimento produzidos pela CSN.

TRANSNORDESTINA

A Transnordestina Logística S.A. (TLISA), com o apoio do Governo Federal, está construindo a ferrovia Nova Transnordestina, com extensão de 1.728 km, que interligará o terminal ferroviário em Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando por diversas cidades nos estados do Piauí, Pernambuco e Ceará.

A capacidade de operação projetada da ferrovia é de 30 milhões de toneladas/ano, devendo exercer importante papel no desenvolvimento da região Nordeste e criar uma opção logística para o desenvolvimento econômico local, nos setores de óleo e derivados, grãos, mineração e agricultura, entre outros.

A participação da CSN no capital social da TLISA ao final de 2012 atingiu 76,13%.

A relação completa dos investimentos em empresas coligadas e/ou controladas, bem como as movimentações ocorridas no exercício de 2012 estão descritas na Nota Explicativa nº 9 que integra as Demonstrações Financeiras da Companhia.

4 GOVERNANÇA CORPORATIVA

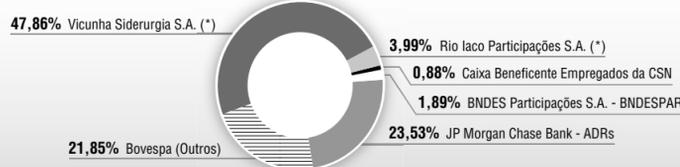
Relações com Investidores

Em 2012 a CSN continuou a aperfeiçoar sua comunicação com o mercado financeiro, melhorando a percepção dos investidores sobre os fundamentos da Companhia e contribuindo para a redução de seus custos de captação. Nesse sentido, a Companhia participou em cerca de 300 reuniões e *conference calls*, com mais de 600 analistas e investidores.

Capital Social

A CSN é controlada pela Vicunha Siderurgia S.A. e pela Rio Iaco Participações S.A., que detêm respectivamente 47,86% e 3,99% do capital total da empresa. A administração compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

CSN - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL 31/12/2012 (%)



(*) Grupo Controlador

- Todas as ações da CSN são ON, garantindo a cada uma, um voto nas Assembleias de Acionistas;
- Mais de 45% das ações da CSN são negociadas em Bolsas de Valores, principalmente na BOVESPA e na NYSE.

Assembleia Geral de Acionistas

Uma vez por ano, conforme estabelece a legislação, a Assembleia Geral de Acionistas, órgão soberano, reúne-se para deliberar, entre outras matérias, sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração, a apresentação das contas pelos administradores, as demonstrações financeiras, a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Sempre que necessário, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para deliberar sobre matérias que não são de sua competência ordinária.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 7 (sete) a 11 (onze) membros, que se reúnem ordinariamente nas datas previstas e, extraordinariamente, sempre que necessário. O mandato dos Conselheiros é de um ano, com possibilidade de reeleição.

O papel do Conselho de Administração consiste, entre outras atribuições, em definir e acompanhar as políticas e estratégias da Companhia, acompanhar os atos da Diretoria Executiva e decidir sobre assuntos relevantes para os negócios e operações da CSN. O Conselho de Administração é responsável pela eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva podendo, se necessário, criar comitês especiais de assessoramento para auxílio na execução de suas atividades.

Diretoria Executiva

Atualmente composta por 07 (sete) Diretores Executivos, sendo um deles o Diretor Presidente, a Diretoria Executiva, observadas as diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, possui os poderes de administração e gestão dos negócios sociais da Companhia. Os membros da Diretoria Executiva se reúnem sempre que convocados pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores Executivos, ficando a cargo de cada Diretor Executivo a condução das operações pertinentes à sua área de atuação. O mandato dos Diretores Executivos é de dois anos, permitida a reeleição.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria tem autonomia para a tomada de decisões no que se refere às disposições da Lei Sarbanes-Oxley - Seções 301 e 407. Algumas de suas atribuições principais são: revisar, considerar e recomendar ao Conselho de Administração a indicação, remuneração e contratação de auditor externo, bem como supervisionar a atuação das auditorias interna e externa. Com relação à contratação de auditores externos, são adotados procedimentos visando assegurar que não ocorram conflitos de interesse, dependência ou perda de objetividade do auditor no seu relacionamento com a Companhia.

Auditoria Interna

A CSN dispõe de Auditoria Interna, com atuação independente dentro da Organização, que assessora e relata fatos relevantes ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva. Cabe ainda à auditoria interna analisar a correta aplicação de recursos e prevenção de riscos ao patrimônio das empresas do grupo CSN, provendo apoio ao cumprimento dos resultados planejados, com aprimoramento dos processos e controles internos, seja para melhoria da performance financeira e operacional das empresas, bem como para prevenir riscos de perdas, fraudes e, consequentemente, o comprometimento da imagem corporativa. A CSN disponibiliza canais de comunicação que permitem a funcionários, clientes, fornecedores e terceiros, denunciarem atos ilícitos ou transgressões contra a Companhia que possam afetar as demonstrações financeiras da CSN e de suas empresas.

Auditores independentes

Os auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, que em 2012 prestaram serviços à CSN e suas controladas, foram contratados para serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras. É entendimento, tanto da Companhia, quanto dos seus auditores independentes, que tais serviços não afetam a independência dos auditores.

Honorários de auditoria

Referem-se à auditoria das demonstrações financeiras anuais e revisão de relatórios trimestrais da Companhia.

Honorários relacionados à auditoria

Referem-se à elaboração e emissão de cartas de "conforto" relacionadas aos bonds emitidos por subsidiárias da Companhia no exterior e processos de "due diligence".

Valores referentes aos serviços prestados pelos auditores

	(R\$ mil)
Honorários de auditoria	2.992
Honorários relacionados à auditoria	1.899
Total	4.891

Os serviços prestados pelos auditores externos, adicionalmente ao exame das demonstrações financeiras, são previamente apresentados ao Comitê de Auditoria, para que se conclua, de acordo com a legislação pertinente, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes.

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria Executiva declarou em 26 de março de 2013 que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Lei Sarbanes-Oxley

A Companhia está na fase final da certificação de seus controles internos relativos às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2012 (CSN e suas subsidiárias), em atendimento à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (SOX).

Em 2012, foram realizados testes para avaliar a eficácia dos controles internos da CSN (Usina Presidente Vargas, Casa de Pedra e CSN Porto Real), CSN Cimentos, CSN LLC, Prada (Distribuição e Embalagens) e Transnordestina Logística S.A. - TLISA, empresas consideradas relevantes para a certificação da SOX, sendo sua avaliação iniciada em maio de 2012. Os gestores de cada processo foram responsáveis pela execução de testes e monitoramento das melhorias identificadas e reportadas. Cabe ressaltar que os processos de fechamento contábil e divulgação ao mercado financeiro e Entity Level são corporativos e contemplam todas as empresas do grupo, exceto a NAMISA, que possui estrutura própria para execução e atividades de controle.

Código de Ética

As empresas CSN dispõem de um Código de Ética desde 1998. O código normalmente é entregue aos colaboradores por ocasião do treinamento de integração corporativa. O Código de Ética das empresas do grupo, além de reunir os padrões de conduta pessoal e profissional esperados nas relações mantidas com colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores, comunidades, concorrentes e com o meio ambiente, é também uma declaração da conduta corporativa e dos compromissos dos colaboradores. Suas diretrizes são públicas e podem ser encontradas no website da CSN, no endereço www.csn.com.br.

Um dos aspectos tratados no Código de Ética, desde sua criação, é a orientação sobre "Negócios com Ações da Empresa", com base na Instrução CVM 358/2002.

Divulgação de Atos e Fatos Relevantes

A CSN tem Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, que determina que toda divulgação seja feita com dados fidedignos, adequados e transparentes, nos prazos previstos e com homogeneidade, conforme estabelecido pela Instrução CVM 358/2002, atendendo também à seção 409 - Divulgação em Tempo Real, da SOX. Todo Ato ou Fato Relevante é divulgado nos mercados em que as ações da empresa estão listadas, brasileiro e norte-americano.

5 INOVAÇÃO

Visando atender novas demandas do mercado e expectativas de seus clientes, a CSN vem investindo em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, com destaque para:

- Aços estruturais mais leves para carrocerias de automóveis e ônibus, contribuindo para a redução do consumo de combustível;
- Aços pré-pintados com revestimento organometálico para utilização em tanques de combustíveis para a indústria automobilística, eliminando etapas da cadeia produtiva;
- Aços extrafinos avançados ("CSN Extra Fino®") para produtos de linha branca e móveis de aço.

6 PESSOAS

O modelo de gestão de pessoas da CSN é baseado em cinco pilares: Atrair; Alinhar e Engajar; Avaliar; Desenvolver; Reconhecer e Recompensar, investindo nos projetos de desenvolvimento e qualificação profissional de forma a contribuir para o crescimento das pessoas e da organização.

Contando com cerca de 21 mil colaboradores, a CSN busca direcionar suas ações de recursos humanos para promover, sustentar e acelerar o desenvolvimento dos talentos internos, visando atender as demandas de crescimento do grupo e sustentabilidade dos negócios.

Em 2012 foi realizado o 2º módulo da Escola de Líderes, com o objetivo de desenvolver o gerenciamento dos recursos humanos de forma estratégica. Este programa contou com a participação de 283 Executivos e 695 Coordenadores e Supervisores.

A Companhia vem investindo ainda na capacitação de Trainees e Jovens Profissionais, visando desenvolver suas competências pessoais e organizacionais. Estes programas buscam atrair talentos para atender as demandas futuras de recursos humanos da empresa.

7 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Os projetos de responsabilidade social da CSN têm por objetivo valorizar o potencial das pessoas e das regiões onde a Companhia atua, buscando a parceria com o poder público e a sociedade civil. Em 2012, foram investidos mais de R\$ 13 milhões nas áreas de educação e cultura. Estes investimentos são efetuados por meio de iniciativas da Fundação CVM e a partir de projetos desenvolvidos por instituições externas, através de mecanismos de incentivo fiscal. Entre as iniciativas patrocinadas estão o espetáculo "Um Violinista no Telhado", o Memorial da Imigração Judaica e o CD "Coral Cidade dos Profetas".

A CSN patrocinou também projetos de instituições inscritas nos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente como a APAE de Cruzeiro, sendo os recursos direcionados a Fundos da Infância e da Adolescência.

8 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A responsabilidade pela sustentabilidade integra a Missão e os Valores da CSN. Além do sistema de gestão ambiental certificado pela ISO 14001 em suas principais unidades, a CSN busca constantemente a integração de suas atividades, otimizando o uso dos recursos naturais.

Ao longo de 2012 a CSN realizou o inventário das emissões de gases de efeito estufa nas suas principais unidades, visando a elaboração de estratégias para gestão de carbono e mitigação das emissões, além da preparação para o cumprimento das metas estipuladas em legislações de clima, a nível nacional. A CSN vem analisando os efeitos das mudanças climáticas e da escassez de recursos hídricos sobre seus negócios, através da participação no Carbon Disclosure Initiative. A Companhia participa também do Fórum Clima, organizado pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social, para discutir as mudanças na legislação pertinente.

Em 2012 a CSN desenvolveu um diagnóstico sobre o desempenho de suas principais unidades, com relação às questões ambientais, sociais e econômicas, visando a elaboração de um relatório de sustentabilidade no modelo *Global Report Initiative* (GRI).

O Conselho Externo de Sustentabilidade da empresa fornece diretrizes para que novos conceitos de sustentabilidade permeiem as decisões estratégicas da Companhia.

9 DECLARAÇÕES SOBRE PROJEÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Este documento contém projeções e afirmações sobre o futuro que expressam ou sugerem expectativas de resultados, desempenho ou eventos. Os resultados, desempenho e eventos reais podem diferir significativamente daqueles expressos ou sugeridos pelas afirmações sobre o futuro em função de vários fatores, tais como: condições gerais e econômicas do Brasil e de outros países, taxas de juros e câmbio, renegociações futuras e pagamento antecipado de obrigações ou créditos em moeda estrangeira, medidas protectionistas no Brasil, EUA e outros países, mudanças em leis e regulamentos e fatores competitivos em geral, em escala regional, nacional ou global.

As informações financeiras da Companhia Siderúrgica Nacional aqui apresentadas estão de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

continua...



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ nº 33.042.730/0001-04
NIRE nº 35300396090



...continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora		Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011		2012	2011		
ATIVO										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.444.875	15.417.393	2.995.757	2.073.244		241.291	202.469	130.014	123.839
Contas a receber	5	1.794.566	1.616.206	2.146.909	3.516.800		1.957.789	1.232.075	1.193.726	667.886
Estoques	6	3.580.025	3.734.984	2.704.302	2.885.617		336.348	325.132	118.365	122.648
Outros ativos circulantes	7	1.302.479	1.175.723	539.478	411.292	12	2.295.409	2.702.083	2.621.503	4.330.141
Total do ativo circulante		21.121.945	21.944.306	8.386.446	8.886.953					
Não Circulante										
Realizável a longo prazo										
Aplicações Financeiras		116.753	139.679							
Tributos diferidos	8	2.372.501	1.840.773	1.869.775	1.300.650					
Outros ativos não circulantes	7	1.648.056	2.876.269	1.656.957	2.552.287					
		4.137.310	4.856.721	3.526.732	3.852.937					
Investimentos										
9	2.351.774	2.088.225	23.356.506	22.573.890		8	284.110	37.851		
Imobilizado										
10	20.408.747	17.377.076	11.636.182	10.247.845		16	371.697	346.285	344.951	262.432
Intangível										
11	1.275.452	603.374	19.668	21.192		28	565.591	469.050	565.556	469.027
		28.173.283	24.925.396	38.539.088	36.695.864					
TOTAL DO ATIVO		49.295.228	46.869.702	46.925.534	45.582.817					
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Circulante										
Obrigações sociais e trabalhistas							241.291	202.469	130.014	123.839
Fornecedores							1.957.789	1.232.075	1.193.726	667.886
Obrigações fiscais							336.348	325.132	118.365	122.648
Empréstimos e financiamentos	12	2.295.409	2.702.083	2.704.302	2.885.617		2.295.409	2.702.083	2.621.503	4.330.141
Outras obrigações	14	1.221.350	1.728.445	1.383.179	1.872.865		1.221.350	1.728.445	1.383.179	1.872.865
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	16	355.889	292.178	253.973	225.997		355.889	292.178	253.973	225.997
Outras provisões							14.565			8.133
Total do passivo circulante		6.408.076	6.496.947	5.700.760	7.351.509					
Não Circulante										
Empréstimos e financiamentos	12	27.856.350	25.186.505	21.518.489	19.005.495		27.856.350	25.186.505	21.518.489	19.005.495
Outras obrigações	14	4.388.451	5.593.520	8.927.096	9.718.976		4.388.451	5.593.520	8.927.096	9.718.976
Tributos diferidos	8	284.110	37.851				284.110	37.851		
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	16	371.697	346.285	344.951	262.432		371.697	346.285	344.951	262.432
Plano de pensão e saúde	28	565.591	469.050	565.556	469.027		565.591	469.050	565.556	469.027
Outras provisões							413.440	322.374	1.251.785	789.557
Total do passivo não circulante		33.879.639	31.955.585	32.607.877	30.245.487					
Patrimônio líquido										
Capital social integralizado	19	4.540.000	1.680.947	4.540.000	1.680.947		4.540.000	1.680.947	4.540.000	1.680.947
Reservas de capital			30	30	30		30	30	30	30
Reservas de lucros			3.690.543	7.671.620	3.690.543		3.690.543	7.671.620	3.690.543	7.671.620
Outros resultados abrangentes			386.324	(1.366.776)	386.324		386.324	(1.366.776)	386.324	(1.366.776)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		8.616.897	7.985.821	8.616.897	7.985.821					
Participação acionistas não controladores							390.616	431.349		
Total do patrimônio líquido		9.007.513	8.417.170	8.616.897	7.985.821					
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		49.295.228	46.869.702	46.925.534	45.582.817					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto o (prejuízo)/lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011
RECEITA LÍQUIDA		16.896.264	16.519.584	10.640.617	10.754.587
Custo dos produtos e serviços vendidos	23	(12.072.206)	(9.800.844)	(8.039.597)	(7.257.670)
LUCRO BRUTO		4.824.058	6.718.740	2.601.020	3.496.917
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(4.182.361)	(961.818)	(1.009.748)	3.502.173
Despesas com vendas	23	(931.525)	(604.108)	(320.722)	(335.302)
Despesas gerais e administrativas	23	(576.514)	(575.585)	(332.425)	(355.914)
Resultado da equivalência patrimonial		(952)		1.331.593	4.397.137
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(2.673.370)	217.875	(1.688.194)	(203.748)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		641.697	5.756.922	1.591.272	6.999.090
Resultado financeiro líquido	25	(1.992.405)	(2.005.803)	(3.033.404)	(3.533.524)
(PREJUÍZO)/LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.350.708)	3.751.119	(1.442.132)	3.465.566
Imposto de renda e contribuição social	8	870.134	(83.885)	1.022.019	240.467
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(480.574)	3.667.234	(420.113)	3.706.033
Atribuível à:					
Participação dos acionistas controladores		(420.113)	3.706.033	(420.113)	3.706.033
Participação dos acionistas não controladores		(60.461)	(38.799)		
(PREJUÍZO)/LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (EM R\$)	27	(0,28815)	2,54191	(0,28815)	2,54191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(480.574)	3.667.234	(420.113)	3.706.033
Outros Resultados abrangentes				
Ajustes acumulados de conversão do período (Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido, líquido de impostos	147.735	195.046	147.735	195.046
Ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	106.209	(74.331)	106.209	(74.331)
Impairment de ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	(8.329)	(621.312)	(8.329)	(621.312)
		(698.164)		(698.164)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.753.100	(1.198.761)	1.753.100	(1.198.761)
Atribuível à:				
Participação dos acionistas controladores	1.332.987	2.507.272	1.332.987	2.507.272
Participação dos acionistas não controladores	(60.461)	(38.799)		
	1.272.526	2.468.473	1.332.987	2.507.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011
Receitas					
Vendas mercadorias, produtos e serviços		19.882.933	19.525.854	13.348.805	13.396.286
Outras receitas/(despesas)		62.096	632.798	58.578	(5.367)
Provisão/reversão créditos liquidação duvidosa		13.407	(990)	15.016	2.222
		19.958.436	20.157.662	13.422.399	13.393.141
Insumos adquiridos de Terceiros					
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos		(9.946.475)	(8.591.341)	(7.644.242)	(6.953.404)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.163.738)	(1.414.706)	(1.129.547)	(784.079)
(Perda)/recuperação de valores ativos		(2.051.301)	(21.935)	(1.257.625)	(17.050)
		(14.161.514)	(10.027.982)	(10.031.414)	(7.754.533)
Valor adicionado bruto		5.796.922	10.129.680	3.390.985	5.638.608
Retenções					
Depreciação, amortização e exaustão	10.b	(1.230.651)	(948.251)	(920.547)	(761.060)
Valor adicionado líquido produzido		4.566.271	9.181.429	2.470.438	4.877.548
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	9.b	952		1.331.593	4.397.137
Receitas financeiras/variações cambiais ativas		1.445.319	2.817.667	508.888	416.732
Outros		3.008	9.402	(265)	2.496
		1.449.279	2.827.069	1.840.216	4.816.365
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		6.015.550	12.008.498	4.310.654	9.693.913
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal e encargos		1.816.844	1.485.903	926.812	1.051.880
Impostos, taxas e contribuições		1.229.221	2.025.300	257.147	984.812
Despesas financeiras e alugueis		3.450.059	4.830.061	3.546.808	3.951.188
Dividendos e juros sobre o capital próprio			936.908		926.508
(Prejuízo) do exercício/Lucros retidos		(420.113)	2.769.125	(420.113)	2.779.525
Participação dos não controladores		(60.461)	(38.799)		
Valor adicionado distribuído		6.015.550	12.008.498	4.310.654	9.693.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(480.574)	3.667.234	(420.113)	3.706.033
Provisão para encargos sobre empréstimos e financiamentos		2.249.123	2.650.622	2.474.810	2.767.087
Depreciação/exaustão/amortização	10.b	1.230.651	948.251	920.547	761.060
Resultado de equivalência patrimonial	9.b	952		(1.331.593)	(4.397.137)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(1.075.156)	(52.542)	(1.022.019)	(240.467)
Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas, Cíveis e Ambientais		252.432	62.746	263.004	70.403
Variações monetárias e cambiais líquidas		996.810	(250.083)	483.201	794.544
Resultado					



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ nº 33.042.730/0001-04
NIRE nº 35300396090

...continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto os dividendos por ação)

	Reserva de capital		Reservas de lucros					Resultados Abrangentes					Participação acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido			
	Capital social	Lucro na alienação de ações	Legal	Estatutária	A realizar	Investimentos	Dividendos e JCP adicionais propostos	Ações em tesouraria	Total	Lucros Acumulados	Ajustes acumulados de conversão	(Perdas)/ ganhos atuariais de plano de benefício definido			Ativos disponíveis para venda	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.680.947	30	336.190		3.779.357	1.346.724	1.227.703	(570.176)	6.119.798		(688.598)	(31.878)	552.461	(168.015)	7.632.760	189.928	7.822.688
Lucro Líquido do exercício										3.706.033					3.706.033	(38.799)	3.667.234
Resultados abrangentes, líquidos de impostos											195.046	(74.331)	(1.319.476)	(1.198.761)	(1.198.761)		(1.198.761)
Resultado abrangente do exercício										3.706.033	195.046	(74.331)	(1.319.476)	(1.198.761)	2.507.272	(38.799)	2.468.473
Aprovação em Assembleia Geral																	
Ordinária dos dividendos adicionais							(1.227.703)	(1.227.703)							(1.227.703)		(1.227.703)
Cancelamento de ações em tesouraria							(570.176)	570.176									
Destinações:																	
Dividendos declarados (R\$ 635,48 por lote de mil ações)										(926.508)					(926.508)		(926.508)
Dividendos propostos à Assembleia Geral (R\$ 187,58 por lote de mil ações)																	
Reserva estatutária				1.938.033					1.938.033	(1.938.033)							
Reserva Investimentos						568.000			568.000	(568.000)							
Reserva de lucros a realizar				3.779.357	(3.779.357)												
Participação dos não controladores																280.220	280.220
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.680.947	30	336.190	5.717.390		1.344.548	273.492		7.671.620		(493.552)	(106.209)	(767.015)	(1.366.776)	7.985.821	431.349	8.417.170
Prejuízo do exercício										(420.113)					(420.113)	(60.461)	(480.574)
Resultados abrangentes, líquidos de impostos											147.735	(22.210)	1.499.156	1.624.681	1.624.681		1.624.681
Reclassificação perdas atuariais										(128.419)		128.419		128.419			
Resultado abrangente do exercício										(548.532)	147.735	106.209	1.499.156	1.753.100	1.204.568	(60.461)	1.144.107
Aprovação em Assembleia Geral																	
Ordinária dos dividendos adicionais							(273.492)	(273.492)							(273.492)		(273.492)
Aumento Capital	2.859.053		(2.291.053)		(568.000)			(2.859.053)									
Absorção do prejuízo exercício 2012				(420.113)				(420.113)	420.113								
Absorção perdas atuariais				(128.419)				(128.419)	128.419								
Destinações:																	
Dividendos declarados em 26 de dezembro de 2012 (R\$ 205,77 por lote de mil ações)						(300.000)		(300.000)							(300.000)		(300.000)
Juros sobre Capital Próprio declarados em 26 de março de 2013 (R\$ 384,10 por lote de mil ações)				(83.452)	(476.548)	560.000										19.728	19.728
Participação dos não controladores																	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.540.000	30	336.190	2.794.353		560.000			3.690.543		(345.817)		732.141	386.324	8.616.897	390.616	9.007.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional "CSN", também denominada Companhia ou Controladora, é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, coligadas e controladas em conjunto sendo denominadas, em conjunto, "Grupo"). A sede social da empresa está localizada em São Paulo. A CSN possui ações listadas na bolsa de São Paulo (BOVESPA) e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Securities and Exchange Commission (SEC). As principais atividades operacionais do Grupo estão divididas em 5 segmentos:

Siderurgia: Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas ("UPV") localizada no Município de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui operações nos Estados Unidos, Portugal e Alemanha com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.

Mineração: A produção de minério de ferro é desenvolvida no município de Congonhas no Estado de Minas Gerais. Explora ainda estanho no Estado de Rondônia para suprir as necessidades da UPV, sendo que, o excedente dessas matérias primas é comercializado com controladas e terceiros. A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

Cimentos: A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta nova atividade e seus negócios já existentes. Ao lado da Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ), instalou uma nova unidade de negócios, que produz cimento do tipo CP-III, utiliza escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Explora ainda calcário e dolomito da Unidade de Arcos no Estado de Minas Gerais para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimentos.

Logística
Ferrovias: A CSN tem participação em duas companhias ferroviárias: a MRS Logística, que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. e a Transnordestina Logística, que opera a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Portos: A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon, o Terminal de Contêineres (Tecon), no Porto de Itaguaí. Localizado na baía de Sepetiba, possui privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo. No Tecon é realizado o escoamento de produtos siderúrgicos da CSN, movimentação de contêineres, armazenagem, consolidação e desconsolidação de cargas.

Energia: Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia possui ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Veja maiores detalhes dos investimentos estratégicos e segmentos do Grupo na Nota 26 - Informações por Segmento de Negócios.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Base de preparação
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respectivas normas expedidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e normas emitidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis às demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS e normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório e referem-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, perdas estimadas em estoques, provisão para passivos trabalhistas cíveis, fiscais, ambientais e previdenciários, depreciação, amortização, exaustão, provisão para redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e benefícios a empregados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração (por exemplo, remensuração sistemática), o critério do custo de aquisição foi utilizado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 26 de março de 2013.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas
As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos Diplic, Mugen e Vértice conforme demonstrado a seguir:

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2012	31/12/2011	
Empresas			
Participação direta em controladas:			
consolidação integral			
CSN Islands VII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands VIII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands IX Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands X Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XI Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
Tangua Inc. (1)	100,00	100,00	Operações financeiras
International Investment Fund	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Minerals S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias
CSN Export Europe, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Metals S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Americas S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Steel S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
TdBB S.A.	100,00	100,00	Companhia dormente
Sepetiba Tecon S.A.	99,99	99,99	Serviços portuários
Mineração Nacional S.A.	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
Florestal Nacional S.A.	99,99	99,99	Reflorestamento
Estanho de Rondônia S.A.	99,99	99,99	Mineração de estanho
Cia. Metalic Nordeste	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
Companhia Metalúrgica Prada	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
CSN Cimentos S.A.	99,99	99,99	Fabricação de cimento
CSN Gestão de Recursos Financeiros Ltda.	99,99	99,99	Companhia dormente
Congonhas Minérios S.A.	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
CSN Energia S.A.	99,99	99,99	Comercialização de energia elétrica
Transnordestina Logística S.A.	76,13	70,91	Logística ferroviária
TFNE - Transnordestina Ferrovias do Nordeste S.A.	99,99		Logística ferroviária
Participação indireta em controladas:			
consolidação integral			
CSN Aceros S.A.	100,00	100,00	Participações societárias
Companhia Siderúrgica Nacional LLC	100,00	100,00	Siderurgia
CSN Europe Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Ibéria Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Portugal, Unipessoal Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras e comercialização de produtos
Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A.	100,00	100,00	Participações societárias
Lusosider Aços Planos, S.A.	99,94	99,94	Siderurgia e participações societárias
CSN Acquisitions, Ltd.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Resources S.A.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Finance (UK) Ltd. (1)	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Holdings (UK) Ltd.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Handel GmbH	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Companhia Brasileira de Latas	59,17	59,17	Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias
Rimet Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A.	58,96	58,08	Produção e comercialização de vasilhames de aço e exploração de atividades florestais
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA	58,98	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Empresa de Embalagens Metálicas - LBM Ltda.	58,98	58,98	Comercialização de embalagens e participações em outras sociedades
Empresa de Embalagens Metálicas - MUD Ltda.	58,98	58,98	Produção e comercialização de produtos de utilidades domésticas e afins
Empresa de Embalagens Metálicas - MTM do Nordeste	58,98	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM	58,98	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
CSN Steel Comercializadora, S.L.U. (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Holdings 1, S.L.U. (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Holdings 2, S.L.U. (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Stalwerk Thüringen GmbH (2)	100,00		Produção e comercialização de aços longos e atividades afins
CSN Steel Sections UK Limited (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Sections Czech Republic s.r.o. (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Sections Polska Sp.Z.o.o. (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)
(p) Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

(q) Reconhecimento de receita

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua realização. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de *incoterm* do contrato.

(r) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (excluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(s) Imposto de renda e contribuição social

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos de renda correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(t) Lucro/Prejuízo por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

(u) Custos ambientais e restauração de áreas

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação. Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, como apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

(v) Pesquisa e desenvolvimento

Todos esses custos são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos exceto quando atender critérios para capitalização. Gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram R\$ 6.033 (R\$ 6.532 em 2011).

(w) Instrumentos financeiros**i. Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) de fluxo de caixa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

• Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

• Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Ativos financeiros disponíveis para venda

São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos estratégicos da Companhia, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

• Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorre. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

ii. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*).

• Ativos mensurados ao custo amortizado

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a CSN usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o Emissor, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante o tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

• Ativos classificados como disponíveis para venda

No caso de instrumentos patrimoniais (ações) classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados (*impaired*). A determinação do que é considerada uma queda "significativa" ou "prolongada" exige julgamento. Para esse julgamento, é avaliada, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, a duração e proporção na qual o valor justo do investimento é menor que seu custo, além da saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro. Se alguma dessas evidências existirem para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - é reclassificado do patrimônio e reconhecido na demonstração de resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos disponíveis para venda não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

A CSN efetuou a análise de *impairment* de seu investimento disponível para venda em ações da Usiminas, veja nota 13.

iii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

• Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo.

• Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

• Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Instrumentos derivativos e atividades de hedge**• Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

• Ganho ou perda de variação cambial sobre investimentos em operações no exterior

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

(x) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis (vide nota 26).

(y) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas quando então serão reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes.

(z) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012:

Norma	Descrição	Vigência
Emenda ao IAS 1	"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" (<i>Presentation of Items of Other Comprehensive Income</i>). Agrupam em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	"Benefícios a Empregados" (<i>Employee Benefits</i>). Elimina o método do corredor (aplicado nos anos anteriores pela Companhia) para reconhecimento de ganhos ou perdas atuárias e requer que se calcule os custos financeiros com base na captação líquida. Simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e amplia os requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2013
IFRS 10	"Demonstrações Financeiras Consolidadas" (<i>Consolidated Financial Statements</i>). Define os princípios e os requerimentos para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. Estabelece conceito de controle como base da consolidação e como aplicá-lo para identificar se uma empresa investida deve ser considerada controlada e, portanto consolidada.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (<i>Joint Arrangements</i>). Estabelece os princípios para divulgação de demonstrações contábeis de entidades que sejam partes de acordos conjuntos. Os acordos conjuntos são classificados pelo IFRS 11 em dois tipos: operações conjuntas e <i>joint ventures</i> . Operações conjuntas são aquelas em que os operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações relacionadas a esse acordo e, portanto, contabilizam sua parcela dos ativos, passivos, receitas e despesas. <i>Joint ventures</i> existem quando os operadores em conjunto têm direitos sobre o ativo líquido do acordo e, portanto, contabilizam sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional de <i>joint ventures</i> não é mais permitida.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgações sobre Participações em Outras Entidades" (<i>Disclosure of Interests in Other Entities</i>). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração do Valor Justo" (<i>Fair Value Measurement</i>). Define valor justo de uma forma mais precisa, explica como mensurá-lo (fornece uma única fonte) e determina o que deve ser divulgado. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações - Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (<i>Disclosures - Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities</i>). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
IFRS 27 (revisado em 2011)	"Demonstrações Financeiras separadas". Inclui outras considerações sobre demonstrações financeiras separadas, além das disposições sobre controle do IAS 27 incluídas no novo IFRS 10.	1º de janeiro de 2013
IAS 28 (revisado em 2011)	"Coligadas e Controladas em conjunto" (<i>Joint Ventures</i>). Estabelece requerimentos para controladas em conjunto e coligadas avaliadas pelo método de equivalência Patrimonial a partir da emissão do IFRS 11.	1º de janeiro de 2013



...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Norma	Descrição	Vigência	Ativos adquiridos	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	Valor justo total
IFRIC 20	Custos de Remoção de Estéril (<i>Stripping</i>) de Mina de Superfície na Fase de Produção. A interpretação traz esclarecimentos sobre a contabilização dos custos de remoção de estéril na fase de produção de uma mina de superfície. Segundo o IFRIC 20, as entidades mineradoras que apresentam demonstrações financeiras em IFRS devem baixar ativos de remoção existentes para lucros acumulados se os ativos não puderem ser atribuídos a um componente identificável de uma jazida mineral.	1º de janeiro de 2013	Ativo Circulante (*) Ativo Não Circulante (**) Passivo Circulante Passivo Não Circulante (***) Total de ativos adquiridos	400.387 191.956 (262.203) (842.526) (512.386)	786.988 (209.005) 577.983	400.387 978.944 (262.203) (1.051.531) 65.597
IAS 32	"Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos. Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.	1º de janeiro de 2014	(*) Incluso o valor de R\$ 14.880 referente à caixa e equivalentes de caixa. (**) Composto principalmente pelo ajuste de valor justo no ativo imobilizado no montante de R\$ 392.817. O valor justo total do ativo imobilizado foi avaliado em R\$ 582.478 (vide nota 10). (***) Refere-se ao imposto de renda diferido sobre os ajustes de valor justo.			
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros". O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável. A emenda ao IFRS 9 postergou a data de entrada em vigor de 2013 para 2015. Eliminou também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e passou a requerer divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015	Ágio resultante da aquisição (+) Preço de compra (-) Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos (-) Ágio resultante da aquisição O ágio (" <i>goodwill</i> "), originado na aquisição, foi fundamento na expectativa de rentabilidade futura, conforme nota 11.			301.192 65.597 235.595

É esperado que algumas dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia em 2013 e 2015, como os IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12, que podem impactar o registro e divulgação dos investimentos em entidades atualmente consolidadas e/ou consolidadas proporcionalmente pela Companhia, o IFRIC 20 *Shipping Costs in the Production Phase of a Surface Mine* que pode impactar na contabilização da remoção de resíduos no ativo não circulante e o IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo. O impacto da adoção destas normas ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados a algumas das IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Quanto às demais emendas e novas normas listadas na tabela acima, a Companhia estima que suas adoções não trarão impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

3 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS
• Companhia Brasileira de Latas ("CBL")

Em 12 de julho de 2011 a CSN, por meio de sua controlada "Prada", efetuou um aumento de capital na Companhia Brasileira de Latas ("CBL"), mediante a capitalização de créditos. Desta forma, a Companhia passou a deter o controle da CBL, por meio de uma participação equivalente a 59,17% do seu capital votante, representada por 784.055.451 ações ordinárias ("Aquisição"). Com o controle da CBL serão geradas sinergias operacionais e administrativas, que gerarão redução dos custos de produção, custos logísticos e administrativos.

Conforme mencionado na Nota 2(i) foi utilizado o método de aquisição para a contabilização dos ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e a participação dos não controladores. A participação dos não controladores na CBL equivalente a 40,83% foi determinada proporcionalmente, com base no valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Existem acionistas não controladores que estão na estrutura societária do grupo controlador da CSN.

O custo de aquisição de R\$ 43.316 foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação de ativos e passivos foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros das entidades adquiridas. Os custos relacionados com a transação estão representados por serviços de consultoria, despesas com advogados e totalizam R\$ 485 incluídos no resultado do exercício, conforme incorridos.

As tabelas a seguir demonstram a alocação dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, o preço de compra considerado na aquisição do controle da CBL, e a determinação do "*goodwill*" resultante.

Ativos adquiridos e passivos assumidos	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	Valor justo total
Ativo Circulante	62.182	(7.465)	54.717
Ativo Não Circulante (*)	44.718	89.449	134.167
Passivo Circulante	(144.225)	10.522	(133.703)
Passivo Não Circulante (**)	(567.469)	351.035	(216.434)
Total de ativos adquiridos e passivos assumidos	(604.794)	443.541	(161.253)

(*) Composto principalmente pelo ajuste de valor justo no ativo imobilizado no montante de R\$ 90.572. O valor justo total do ativo imobilizado foi avaliado em R\$ 123.518 (vide nota 10).

(**) Composto principalmente pelo ajuste de valor justo em débitos com a CSN no montante de R\$ 388.640.

Os ajustes de valor justo efetuados partindo do balanço societário para a elaboração do balanço de abertura foram atualizados após a conclusão do laudo de avaliação em dezembro de 2011.

Ágio resultante da aquisição

(-) Valor patrimonial da CBL	(604.794)
(+) Ajuste ao valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	443.541
(-) Total valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	(161.253)
Preço de compra	43.316
Ágio resultante da aquisição	204.569

O ágio por expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*"), originado na aquisição, consiste principalmente de sinergias esperadas pela combinação de negócios do segmento de embalagens da Companhia Metalúrgica Prada com a CBL.

Em 31 de dezembro de 2012, a combinação de negócios com a Companhia Brasileira de Latas, ocorrida em 12 de julho de 2011, está sob apreciação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE").

• Stahlwerk Thüringen GmbH ("SWT") e Gallardo Sections

Em 31 de janeiro de 2012, a CSN, por meio de sua subsidiária integral CSN Steel S.L. concluiu a aquisição da totalidade das ações ("Ações") das empresas espanholas (a) Dankerena Guipúzcoa, S.L. (atualmente denominada CSN Steel Holdings 2, S.L.U.) e Grupo Alfonso Gallardo Thüringen, S.L.U. (atualmente denominada CSN Steel Holdings 1, S.L.U.) *holdings* que, juntas, detêm 100% do capital social da empresa alemã Stahlwerk Thüringen GmbH ("SWT"), uma produtora de aços longos localizada em Unterwellenborn, Alemanha, especializada na produção de perfis e com capacidade instalada de produção de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano; e (b) Gallardo Sections S.L.U. (atualmente denominada CSN Steel Comercializadora, S.L.U.), uma comercializadora dos produtos da SWT, todas detidas pelo Grupo Alfonso Gallardo, S.L.U. ("Grupo AG").

A concretização desta aquisição concorre para o fortalecimento da CSN no segmento de aços longos, reforçando o portfólio de ativos de classe mundial.

Conforme mencionado na Nota 2(i), foi utilizado o método de aquisição para a contabilização dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos.

O preço de compra no valor de R\$ 301.192 (EUR 131.790), atualizado pelo ajuste final de preço de aquisição no valor de R\$ 1.943 (EUR 850), foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação do preço de compra foram considerados os ajustes apresentados abaixo, e teve como ponto de partida o valor da transação de R\$ 1.104.648 (EUR 483.350):

	Valores em R\$
Valor da transação	1.104.648
Dívida líquida	(857.031)
Provisões	(11.782)
Créditos fiscais	13.498
Capital de giro	51.859
(=) Preço de compra	301.192

Os custos relacionados com a transação estão representados por serviços de consultoria, despesas com advogados e totalizam R\$ 20.879 incluídos no resultado, em despesas gerais e administrativas, conforme incorridos.

As tabelas a seguir demonstram a alocação dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos, reconhecidos na data da aquisição, o preço de compra considerado na aquisição do controle da SWT e Gallardo Sections, e a determinação do "*goodwill*" resultante.

Os ajustes de valor justo efetuados partindo do balanço societário para a elaboração do balanço de abertura foram atualizados após a conclusão do laudo de avaliação em dezembro de 2012.

7 OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

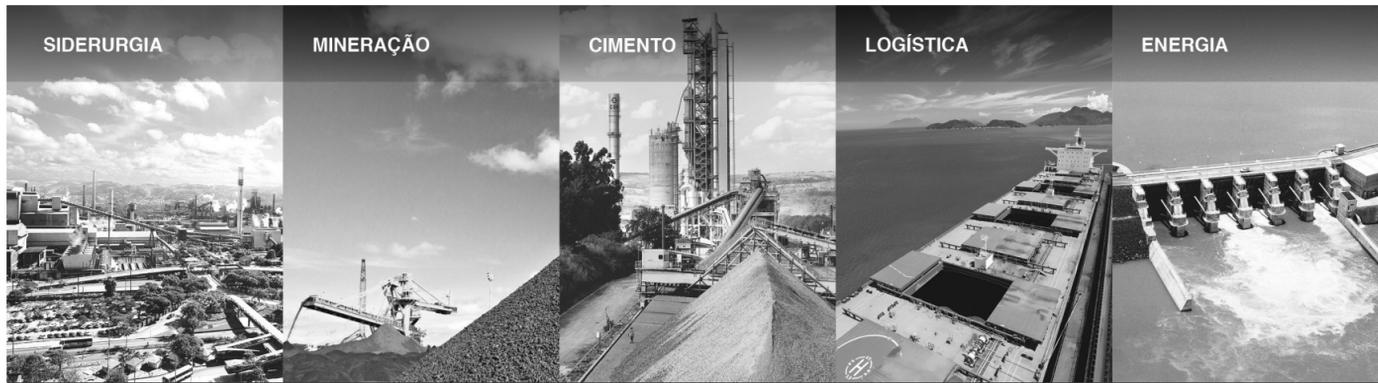
O grupo de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

	Circulante		Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos judiciais (Nota 16)			732.666	954.711		877.672
Créditos junto a PGFN (*) (Nota 15)			84.392	806.103		806.103
Tributos a recuperar (**)	569.486	689.006	310.542	257.977	267.172	101.859
Antecipação de impostos						
Despesas Antecipadas	44.332	24.135	100.728	115.853	17.757	24.560
Ativo Atuarial - Parte Relacionada			93.546		10.834	93.163
Ganhos não realizados com derivativos (Nota 13 I)	239.266	55.115	8.665	376.344	237.525	374.455
Margem garantia instrumentos financeiros (Nota 13 V)	435.161	407.467			17.024	
Estoque minério (Nota 6)			144.483	144.483		144.483
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR			9.914	47.754		46.292
Contas a receber			8.983	10.043		10.202
Créditos com partes relacionadas			136.077	115.549		125.843
Outros	14.234		18.060	47.452		40.818
	1.302.479	1.175.723	1.648.056	2.876.269	539.478	2.552.287

(*) Refere-se ao excesso de depósito judicial originado pelo programa do REFIS de 2009 conforme descrito na nota explicativa 15.

(**) Refere-se principalmente a PIS/COFINS e ICMS sobre aquisição de ativo fixo os quais serão recuperados por um período de 48 meses e imposto de renda e contribuição social a compensar.

continua...



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ nº 33.042.730/0001-04
NIRE nº 35300396090

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11 INTANGÍVEL

Table with 10 columns: Descrição, Ágio, Intangível prazo de vida útil definida, Relações com Clientes, Software, Outros, Consolidado Total, Ágio, Software, Controladora Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2010, Saldo em 31 de dezembro de 2011, Saldo em 31 de dezembro de 2012.

(*) Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill"), originado da combinação de negócios da Prada Embalagens com a CBL em 12 de julho de 2011.
(**) Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill"), originado da combinação de negócios da CSN Steel S.L. com empresas Stahlwerk Thüringen GmbH (SWT) e Gallardo Sections em 31 de janeiro de 2012 (vide nota 3).

O prazo de vida útil do software é de 01 a 05 anos e dos outros intangíveis de 13 a 30 anos.
Ágio: O fundamento econômico do ágio é a expectativa de rentabilidade futura e de acordo com os novos pronunciamentos esses valores não são amortizados contabilmente desde 1º de janeiro de 2009, quando passaram a estar sujeitos apenas aos testes de impairment.

• Teste do ágio para verificação de "impairment"
Com o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais da CSN os quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos em que o ágio é monitorado pela alta administração da Companhia, nunca acima dos Segmentos Operacionais.

Table with 4 columns: Unidade Geradora de Caixa, Segmento, 31/12/2012, 31/12/2011, Investidora. Rows include Mineração, Embalagens (*), Aços planos, Aços longos.

(*) O ágio da UGC (Unidade Geradora de Caixa) Embalagens está apresentado líquido da perda por redução ao valor recuperável (impairment) registrada em 2011 na linha de outras receitas e despesas operacionais da demonstração de resultado do exercício no montante de R\$ 60.861.

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de três anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de três anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a Unidade Geradora de Caixa ("UGC") atua.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2012 são as que seguem:

Table with 5 columns: Margem Bruta (i), Atualização dos custos, Taxa de crescimento (ii), Taxa de desconto (iii). Each row describes assumptions for different financial metrics.

- (i) Margem bruta orçada.
(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.
(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

12 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures, que se encontram registrados ao custo amortizado, são conforme abaixo:

Table with 10 columns: Moeda, Taxas a.a. (%), Passivo Circulante 31/12/2012, Passivo Circulante 31/12/2011, Passivo não Circulante 31/12/2012, Passivo não Circulante 31/12/2011, Consolidado Total, Controladora Total. Rows include Moeda Estrangeira, Moeda Nacional, and Total.

Os saldos de pré-pagamentos com partes relacionadas da controladora totalizam R\$ 2.339.776 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 2.244.927 em 31 de dezembro de 2011) e os saldos de Fixed Rate Notes e Intercompany Bonds totalizam R\$ 3.545.340 (R\$ 3.404.701 em 31 de dezembro de 2011), vide nota 18.

• Custos de Transação das Captações

Em 31 de dezembro de 2012 os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados como segue:

Table with 6 columns: Descrição, Consolidado Circulante, Consolidado Não Circulante, Controladora Circulante, Controladora Não Circulante, TJ (1), TIR (2). Rows include Fixed rate notes, BNDES, Pré-pagamento, CCB, Outros.

- (1) TJ - Taxa de juros anual contratada.
(2) TIR - Taxa interna de retorno anual.

• Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Table with 5 columns: Anos (2014-2018, Após 2018, Bônus Perpétuos), Consolidado, Controladora. Rows show the percentage distribution of debt maturities.

• Captações dos empréstimos e Amortizações, financiamentos e debêntures

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício corrente:

Table with 5 columns: Descrição, Consolidado 31/12/2012, Consolidado 31/12/2011, Controladora 31/12/2012, Controladora 31/12/2011. Rows include Saldo Inicial, Captações, Amortizações, Outros (*), Saldo final.

(*) Inclusos variações cambiais e monetárias não realizadas. Os contratos de empréstimo e financiamento da Companhia preveem cláusulas restritivas, usuais em contratos desta natureza, e que se encontram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2012.

Em janeiro de 2012, a Companhia garantiu financiamento contratado por sua subsidiária CSN Steel S.L., no valor de EUR 120.000 mil, destinado ao financiamento parcial da aquisição da totalidade das ações detidas pelo Grupo Alfonso Gallardo, S.L.U. ("Grupo Gallardo") nas empresas Stahlwerk Thüringen GmbH ("SWT") e Gallardo Sections S.L.U. Em janeiro de 2012, a Companhia precificou, através de sua subsidiária integral CSN Resources S.A., uma emissão adicional de bônus, no valor de US\$ 200.000 mil, por meio da reabertura dos bônus de US\$ 1.000.000 mil e vencimento em julho de 2020. Em setembro de 2012, a Companhia liquidou as notas promissórias comerciais, com o pagamento do montante de R\$ 800.000 de principal e R\$ 33.277 de juros.

• Debêntures

i. Companhia Siderúrgica Nacional

Quarta emissão
Em fevereiro de 2012 a Companhia liquidou a quarta emissão com o pagamento no montante de R\$ 600.000 de principal e R\$ 35.285 de juros.

Quinta emissão

Em julho de 2011 a Companhia emitiu 115 debêntures não conversíveis e quirográficas, em série única, ao valor nominal unitário de R\$ 10.000 totalizando R\$ 1.150.000 com juros remuneratórios de 110,80% a.a. do CDI Cetip com vencimento em julho de 2019 com opção de resgate antecipado.

SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ n° 33.042.730/0001-04
NIRE n° 35300396090

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2012, a posição consolidada desses contratos é a seguinte:

• Swap cambial dólar x real

Contrapartes	Vencimento da operação	Nocional (US\$ mil)	Posição Ativa	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)		Nocional (US\$ mil)	Posição Ativa	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)	
				Posição Passiva	Valor a Receber/(Pagar)	Posição Passiva	Valor a Receber/(Pagar)			Posição Passiva	Valor a Receber/(Pagar)	Posição Passiva	Valor a Receber/(Pagar)
HSBC	17/06/2013	3.327	6.865	(6.992)	(127)	101.317	192.919	(176.554)	16.365				
Bradesco	13/05/2013 a 01/07/2013	14.971	30.961	(31.101)	(140)	3.327	6.279	(5.743)	536				
Banco do Brasil	01/02/2013	3.327	6.885	(6.447)	438	6.654	12.605	(12.413)	192				
Santander	01/10/2013 a 02/01/2015	14.990	33.115	(30.061)	3.054	14.990	28.900	(28.413)	484				
Goldman Sachs	01/02/2013	3.327	6.880	(6.457)	423	190.000	371.174	(352.514)	18.660				
Banco de Tokyo	15/12/2016	24.952	54.634	(49.147)	5.487	24.952	46.980	(47.960)	(980)				
JP Morgan	16/12/2013	1.663	3.401	(3.490)	(89)	9.981	19.127	(18.556)	571				
Société Générale						16.635	30.554	(29.362)	1.192				
		66.557	142.741	(133.695)	9.046	367.856	708.538	(671.518)	37.020				

• Swap cambial real x dólar

Contrapartes	Nocional (US\$ mil)	Posição Ativa	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)
			Posição Passiva	Valor a Receber/(Pagar)	
Goldman Sachs	(70.000)	130.266	(130.787)	(521)	(521)
Santander	(30.000)	55.704	(56.030)	(326)	(326)
	(100.000)	185.970	(186.817)	(847)	(847)

A posição das operações em aberto foram registradas no ativo da Companhia no montante de R\$ 9.046 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 37.020 no ativo e R\$ 847 no passivo em 31 de dezembro de 2011) e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro como ganho no montante de R\$ 17.065 em 2012 (perda no montante de R\$ 115.490 em 2011), sendo que R\$ 8.019 refere-se a operações liquidadas (vide nota 25).

• Swap cambial euro x dólar

Além dos swaps citados acima, a Companhia também realizou NDFs (Non Deliverable Forward) de seus ativos em euros. Basicamente, a Companhia realizou derivativos financeiros de seus ativos em euros, nos quais receberá a diferença entre a variação cambial em dólares observada no período, multiplicado pelo valor de referência (ponta ativa) e paga a diferença entre a variação cambial em euros observada no período, sobre o valor em euros de referência na data da contratação (ponta passiva). Tratam-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, contratadas dentro dos fundos exclusivos.

Em 31 de dezembro de 2012, a posição consolidada desses contratos era a seguinte:

Contrapartes	Vencimento da operação	Nocional (Euro mil)	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)		Nocional (Euro mil)	Posição Ativa	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)	
			Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber/(Pagar)	Valor a Receber/(Pagar)			Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber/(Pagar)	Valor a Receber/(Pagar)
Itaú BBA	10/01/2013	40.000	51.793	(52.876)	(1.083)	25.000	51.469	(48.556)	2.913			
HSBC	10/01/2013	25.000	32.373	(33.047)	(674)	40.000	128.761	(121.389)	7.372			
Goldman Sachs	10/01/2013	25.000	32.363	(33.047)	(684)	25.000	51.521	(48.556)	2.965			
Deutsche Bank						90.000	231.751	(218.501)	13.250			

A posição das operações em aberto foram registradas no passivo da Companhia no montante de R\$ 2.441 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 13.250 registrado no ativo em 31 de dezembro de 2011) e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro como perda no montante de R\$ 5.116 em 2012 (ganho de R\$ 9.574 em 2011), sendo que R\$ 2.675 refere-se a operações já liquidadas (vide nota 25).

• Swap cambial dólar x euro

A controlada Lusosider tem operações com derivativos para proteger sua exposição do dólar contra o euro. Em 31 de dezembro de 2012 a posição bruta era de US\$ 6.162 e líquida US\$ 38.230 (incluindo derivativos abaixo).

Contrapartes	Vencimento da operação	Nocional (US\$ mil)	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)		Nocional (US\$ mil)	Posição Ativa	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)	
			Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber/(Pagar)	Valor a Receber/(Pagar)			Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber/(Pagar)	Valor a Receber/(Pagar)
BES	28/09/2013	44.392	90.687	(94.928)	(4.241)	20.208	38.017	(34.049)	3.968			
BNP						15.000	28.219	(25.453)	2.766			
		44.392	90.687	(94.928)	(4.241)	35.208	66.236	(59.502)	6.734			

A posição das operações em aberto foram registradas no passivo da Companhia no montante de R\$ 4.241 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 6.734 registrado no ativo em 31 de dezembro de 2011) e seus resultados consolidados no resultado financeiro como perda no montante de R\$ 8.065 em 2012 (ganho de R\$ 16.501 em 2011), sendo que R\$ 3.824 refere-se a operações já liquidadas (vide nota 25).

• Swap cambial iene x dólar

Contrapartes	Vencimento da operação	Nocional (Iene)	Posição Contábil		Valor Justo (mercado)		Nocional (Iene)	Ativa	Posição Contábil		Valor Justo (mercado)	
			Ativa	Passiva	Valor a Receber	Valor a Receber			Passiva	Valor a Receber		
Deutsche Bank	12/12/2013	59.090.000	237.525	(236.964)	561	59.090.000	374.455	(373.430)	1.025			
		59.090.000	237.525	(236.964)	561	59.090.000	374.455	(373.430)	1.025			

Os seus efeitos líquidos foram reconhecidos no resultado financeiro como ganho no montante de R\$ 307 em 2012 (ganho de R\$ 1.460 em 2011).

• Análise de sensibilidade swap cambial dólar x real

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2012 registrado no ativo no montante de R\$ 9.046. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade do real paridade dólar.

- Cenário 1: (25% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 1,5326;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 1,0218;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade R\$/US\$ de 2,5544;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade de R\$/US\$ de 3,0653.

Risco	Valor de referência (US\$ mil)	31/12/2012			
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Flutuação do dólar	2,0435	1,5326	1,0218	2,5544	3,0653
Exposição cambial líquido funcional R\$	66.557	(34.002)	(68.005)	34.002	68.005

Exposição cambial líquido funcional R\$

Risco	Valor de referência (US\$ mil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Flutuação do dólar	1.310.466	(669.484)	(1.338.969)	669.484	1.338.969

Exposição cambial consolidada

Risco	Valor de referência (US\$ mil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Flutuação do dólar	1.377.023	(703.486)	(1.406.974)	703.486	1.406.974

• Análise de sensibilidade swap cambial euro x dólar

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2012 registrado no passivo no montante de R\$ 2.441. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade do real paridade euro.

- Cenário 1: (25% de valorização do real) paridade R\$/euro de 2,0216;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) paridade R\$/euro de 1,3477;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade R\$/euro de 3,3693;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade R\$/euro de 4,0431.

Risco	Valor de referência (EUR mil)	31/12/2012			
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Flutuação do euro	2,6954	2,0216	1,3477	3,3693	4,0431
Exposição cambial líquido funcional R\$	(90.000)	60.647	121.293	(60.647)	(121.293)

Exposição cambial líquido funcional R\$

Risco	Valor de referência (US\$ mil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Flutuação do euro	43.960	(29.622)	(59.245)	29.622	59.245

Exposição cambial consolidada

Risco	Valor de referência (US\$ mil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Flutuação do euro	(46.040)	31.025	62.048	(31.025)	(62.048)

Em 31 de dezembro de 2012, a posição desses contratos é a seguinte:

Contrapartes	Vencimento da operação	Nocional (US\$ mil)	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)		Vencimento da operação	Nocional (US\$ mil)	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)	
			Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber/(Pagar)	Valor a Receber/(Pagar)			Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber/(Pagar)	Valor a Receber/(Pagar)
CSFB	13/11/2012	64.500	109.540	(110.226)	(686)	13/02/2012	107.500	182.432	(184.556)	(2.124)		

A posição das operações em aberto foram registradas no passivo da Companhia no montante de R\$ 686 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 2.124 registrado no passivo em 31 de dezembro de 2011) e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro da Companhia como perda no montante de R\$ 9.166 em 2012, sendo que R\$ 8.480 refere-se a operações já liquidadas (perda de R\$ 20.594 em 2011).

• Análise de sensibilidade do swap de taxa de juros (Libor x CDI)

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2012 registrado no passivo no montante de R\$ 686. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade das taxas Libor (US\$) e CDI.

Risco	Nocional (US\$ mil)	31/12/2012				
		25%	50%	25%	50%	
Swap de taxa de juros libor x CDI	64.500	(Libor) US\$	(8.224)	(9.717)	8.224	9.717

• Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% nas taxas de juros em seus empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto em 31 de dezembro de 2012 na data das demonstrações financeiras consolidadas.

Variações nas taxas de juros	% a.a.	Impacto no resultado			
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
TJLP	5,50	9.667	1.372		
Libor	0,51	6.607	7.941		
CDI	6,90	50.391	72.607		

• Riscos de preço de mercado de ações

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos mantidos e classificados como disponíveis para venda. Os investimentos em ações são adquiridos de empresas de primeira linha negociadas na BOVESPA.

A tabela abaixo demonstra a variação líquida de impostos, no valor de mercado de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda sobre o patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Empresas	Provável	Impacto sobre o Patrimônio Líquido			
		25%	50%	25%	50%
Usiminas	730.812	200.536	401.072	(200.536)	(401.072)
Panatlântica	1.329	2.738	5.476	(2.738)	(5.476)
	732.141	203.274	406.548	(203.274)	(406.548)

• Riscos de Crédito

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e fornecedores, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente de seu saldo devedor.

Empresas	Provável	Impacto sobre o Patrimônio Líquido			
		25%	50%	25%	50%
Usiminas	730.812	200.536	401.072	(200.536)	(401.072)
Panatlântica	1.329	2.738	5.476	(2.738)	(5.476)
	732.141	203.274	406.548	(203.274)	(406.548)

• Riscos de Crédito

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e fornecedores, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente de seu saldo devedor.

• Análise sensibilidade swap dólar x euro

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2012 registrado no passivo no montante de R\$ 4.241. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade do real paridade euro.

- Cenário 1: (25% de valorização do real) paridade euro/dólar de 0,9893;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) paridade euro/dólar de 0,6595;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade euro/dólar de 1,6488;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade euro/dólar de 1,9785.

Risco	Valor de referência (US\$ mil)	31/12/2012			
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Flutuação do dólar	1,3190	0,9893	0,6595	1,6488	1,9785
Exposição cambial líquido funcional EURO	44.392	(14.638)	(29.277)	14.638	29.277

Exposição cambial líquido funcional EURO

Risco	Valor de referência (US\$ mil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Flutuação do dólar	44.392	(14.638)	(29.277)	14.638	29.277

Exposição cambial consolidada

Risco	Valor de referência (US\$ mil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Flutuação do dólar	6.162	2.032	4.064	(2.032)	(4.064)

Exposição cambial consolidada

Risco	Valor de referência (US\$ mil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Flutuação do dólar	38.230	(12.606)	(25.213)	12.606	25.213

Exposição cambial consolidada

Risco	Valor de referência (US\$ mil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Flutuação do dólar	38.230	(12.606)	(25.213)	12.606	25.213

• Risco de taxa de juros

Passivos de curto e longo prazo, indexados à taxa de juros flutuantes e índices de inflação. Devido a essa exposição, a Companhia mantém derivativos para melhor administrar esses riscos.

• Transações de swap de taxa de juros (Libor x CDI)

Têm por objetivo proteger suas obrigações indexadas a libor de dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou swap de suas obrigações indexadas a libor, nos quais recebe juros de 1,25% a.a. sobre o valor nocional em dólar (ponta ativa)

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)
Plano de suplementação da média salarial

Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício complementar.

Plano misto de benefício complementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) por um percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) na forma de pagamento único, e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, ou (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício.

Plano CBSPrev Namisa

Iniciado em 06 de janeiro de 2012, é um plano de contribuição definida, com uma pequena parcela de benefício definido. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) por um percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) na forma de pagamento único, e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, ou (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício.

(b) Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (*Asset Liability Management*), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC nº 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução nº 3.792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

(c) Benefícios a empregados

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 - Benefícios a empregados e IAS 19 - *Employee Benefits*.

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Benefícios de planos de pensão	93.546	17.939
Benefícios de saúde pós-emprego	547.652	457.377
	93.546	547.652
	17.939	457.377
	547.652	457.377

(*) A partir de 2012, a Companhia optou por registrar em seu balanço patrimonial o ativo e suas contrapartidas decorrentes da avaliação atuarial dos planos superavitários, de acordo com o item 59 do CPC 33 - Benefícios a empregados e IAS 19 - *Employee Benefits*.

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações de benefício definido	2.666.261	2.153.649
Valor justo dos ativos do plano	(2.923.483)	(2.384.450)
Déficit/(Superávit)	(257.222)	(230.801)
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	181.615	174.926
Passivo/(Ativo) Líquido	(75.607)	(55.875)
Passivos	17.939	11.673
Ativos	(93.546)	(67.548)
Passivo/(Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	(75.607)	11.673

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido durante o exercício de 2012 é demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações no início do exercício	2.153.649	1.982.556
Custo do serviço	5.801	5.579
Custo dos juros	215.850	202.242
Benefícios pagos	(193.563)	(178.402)
Perda/(ganho) atuarial	484.524	141.674
Valor presente das obrigações no final do exercício	2.666.261	2.153.649

A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício de 2012 é demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor justo dos ativos no início do exercício	(2.384.450)	(2.316.018)
Retorno esperado dos ativos do plano	(272.406)	(260.163)
Contribuições dos patrocinadores	(3.797)	(67.709)
Contribuições dos participantes		
Benefícios pagos	193.563	178.402
Ganhos/(perdas) atuariais	(456.393)	81.038
Valor justo dos ativos no final do exercício	(2.923.483)	(2.384.450)

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2012 é demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Custos de serviços correntes	5.801	5.579
Custos de juros	215.850	202.242
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(272.406)	(260.163)
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício anterior	(3.797)	(67.709)
	(54.552)	(120.051)
Total dos custos/(receita) não reconhecida (*)	(37.477)	(16.374)
Total dos custos/(receita) reconhecida na demonstração do resultado	(17.075)	(103.677)
Total dos custos/(receitas), líquidos	(54.552)	(120.051)

(*) Efeito do limite do parágrafo 58 (b) do CPC 33 - Benefícios a empregados IAS 19 - *Employee Benefits*.

O (custo)/receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais em 2012 está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
(Ganhos) e perdas atuariais	28.131	222.712
Restrição devido à limitação de recuperação	6.688	(105.655)
	34.819	117.057
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecido em outros resultados abrangentes	(2.657)	28.048
(Ganhos) e perdas atuariais não reconhecidos (*)	37.476	89.009
Custo total de (ganhos) e perdas atuariais	34.819	117.057

(*) Perda atuarial é decorrente de flutuação nos investimentos que compõe a carteira de ativos da CBS.

O histórico de ganhos e perdas atuariais é como segue:

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Valor presente das obrigações do benefício definido	2.666.261	2.153.649	1.982.556	1.731.767	(1.415.029)
Valor justo dos ativos do plano	(2.923.483)	(2.384.450)	(2.316.018)	(2.160.158)	1.396.350
Déficit/(Superávit)	(257.222)	(230.801)	(333.462)	(428.391)	(18.679)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	484.524	141.674	225.341	287.146	
Ajustes de experiência nos ativos do plano	456.393	(81.038)	40.669	664.341	

29 AVAIS E FIANÇAS

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

	Moeda	Vencimentos	Empréstimos		Execução fiscal		Outros		Total	
			31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Transnordestina	R\$	Até 08/05/2028 e indeterminado	1.626.509	1.358.657	1.800	1.800	4.866	7.686	1.633.175	1.368.143
CSN Cimentos	R\$	Até 18/11/2014 e indeterminado			25.403	30.213	42.397	30.097	67.800	60.310
Prada	R\$	Até 07/02/2014 e indeterminado			10.133	9.958	21.616	2.440	31.749	12.398
Sepetiba Tecon	R\$			700						700
Itá Energética	R\$	15/09/2013	7.326	7.326					7.326	7.326
CSN Energia	R\$	Até 30/12/2012 e indeterminado			4.192	2.392		2.336	4.192	4.728
Congonhas Minérios	R\$	21/05/2018	2.000.000	2.000.000					2.000.000	2.000.000
Fundação CSN	R\$	Indeterminado	1.003						1.003	
Total em R\$			3.634.838	3.366.683	41.528	44.363	68.879	42.559	3.745.245	3.453.605
CSN Islands VIII	US\$	16/12/2013	550.000	550.000					550.000	550.000
CSN Islands IX	US\$	15/01/2015	400.000	400.000					400.000	400.000
CSN Islands XI	US\$	21/09/2019	750.000	750.000					750.000	750.000
CSN Islands XII	US\$	Perpétuo	1.000.000	1.000.000					1.000.000	1.000.000
CSN Resources	US\$	21/07/2020	1.200.000	1.000.000					1.200.000	1.000.000
Total em US\$			3.900.000	3.700.000					3.900.000	3.700.000
CSN Steel S.L.	EUR		120.000						120.000	
Total em EUR			120.000						120.000	
Total em R\$			8.218.991	6.940.460	41.528	44.363	68.879	42.559	8.218.991	6.940.460
			11.853.829	10.307.143	41.528	44.363	68.879	42.559	11.964.236	10.394.065

30 COMPROMISSOS

(a) Contratos "take-or-pay"
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia possuía contratos de "take-or-pay", conforme demonstrado no quadro abaixo:

Contraparte	Natureza do serviço	Condições do contrato	Pagamentos no período					Após 2015	Total
			2011	2012	2013	2014	2015		
MRS Logística	Transporte de minério de ferro.	Cláusula contratual para garantia de receita sobre frete ferroviário. No caso da CSN significa um pagamento mínimo de 80% sobre o orçamento de transporte.	153.870	142.190	131.271	131.271	131.271	65.635	459.448
MRS Logística	Transporte de produtos siderúrgicos.	Transporte de pelo menos 80% do volume anual acordado com a MRS.	17.606	68.248	58.762	58.762	58.762	24.484	200.770
(*) MRS Logística	Transporte de minério de ferro, carvão e coque.	Transporte de 8.280.000 ton a.a. de minério de ferro e de 3.600.000 ton a.a. de carvão, coque e outros reductores.	41.463	23.334					
FCA	Transporte de produtos de mineração.	Transporte de no mínimo 1.900.000 toneladas a.a.	1.324	734	69.817				69.817
FCA	Transporte ferroviário pela FCA à CSN Cimentos de clínquer.	Transporte de no mínimo 675.000 toneladas a.a. de clínquer em 2011 e de 738.000 toneladas a.a. de clínquer a partir de 2012.	1.648	2.733	27.300	27.300	27.300	118.301	200.201
(*) ALL	Transporte ferroviário de produtos siderúrgicos.	Transporte ferroviário de produtos siderúrgicos no mês, podendo variar 10% para mais ou para menos, com origem no Terminal de Água Branca em São Paulo para CSN PR em Araucária - PR.	14.774	11.894					

continua...



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ nº 33.042.730/0001-04
NIRE nº 35300396090



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Contraparte	Natureza do serviço	Condições do contrato	Pagamentos no período		2013	2014	2015	Após 2015	Total
			2011	2012					
White Martins	Fornecimento de gás (oxigênio, nitrogênio e argônio).	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume anual de gás contratado com a White Martins.	102.274	110.999	110.113	110.113	110.113	110.113	440.452
(*) CEG Rio	Fornecimento de gás natural.	A CSN se compromete a adquirir pelo 70% do volume mensal de Gás Natural.	432.449	441.804					
Vale S.A.	Fornecimento de pelotas de minério de ferro.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume de pelotas de minério de ferro garantido em contrato. A apuração do montante de <i>take or pay</i> ocorre a cada 18 meses.	349.797	444.642	132.302	88.201			220.503
Compagás	Fornecimento de gás natural.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de gás natural contratado com a Compagás.	16.884	18.874	15.058	15.058	15.058	135.522	180.696
COPEL	Fornecimento de energia.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de energia contratado com a COPEL.	13.378	15.202	7.487	7.487	7.487	39.934	62.395
K&K Tecnologia	Beneficiamento de Lama de Alto Forno gerada no processo de produção de gusa.	A CSN se compromete a fornecer pelo menos 3.000 toneladas por mês de Lama de AF para processamento na Planta de concentração de Lama da K&K.	6.186	7.585	7.074	7.074	7.074	51.285	72.507
Harsco Metals	Beneficiamento de escória resultante do processo de produção de gusa e aço.	A Harsco Metals se compromete a executar o Beneficiamento de Metálicos e Britagem de Escória resultante do processo de produção de gusa e aço da CSN, recebendo por este beneficiamento o equivalente em valor ao resultado da multiplicação do preço unitário (R\$/ton) pela produção total de Aço Líquido da Aciaria da CSN, com a garantia de produção mínima de Aço Líquido correspondente a 400.000 toneladas.	39.739	40.506	30.000	15.000			45.000
Siemens	Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento.	A Siemens se compromete a industrializar, reparar, recuperar e fabricar, no todo ou em parte, das unidades de máquina de lingotamento para prover as necessárias manutenções <i>off-line</i> e <i>on-line</i> dos Conjuntos de Máquinas de Lingotamento Contínuo da Usina Presidente Vargas (UPV). O pagamento ocorre por R\$/ton de placa de aço produzida.	38.817	46.424	19.622				19.622
			1.230.209	1.375.169	608.806	460.266	357.065	545.274	1.971.411

(*) Encontra-se em fase de renegociação.

(b) Contratos de concessão

Os pagamentos mínimos futuros referente a concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2012, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa	Natureza do serviço	2013	2014	2015	Após 2015	Total
MRS	Concessão de 30 anos renováveis por mais 30 anos, prestando serviços de transporte ferroviário de minério de ferro das minas de Casa de Pedra em Minas Gerais, coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda, transporte das exportações para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro e escoamento de material acabado para mercado interno.	86.322	86.322	86.322	884.804	1.143.770
Transnordestina	Concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.	7.011	7.011	7.011	80.039	101.072
Tecar	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, por um período a vencer em 2022 e renovável por mais 25 anos.	117.913	125.922	125.922	881.455	1.251.212
Tecon	Concessão de 25 anos iniciada em julho de 2001, renovável por mais 25 anos, para operar o terminal de contêiner no Porto de Itaguaí.	23.838	23.838	23.838	238.384	309.898
		235.084	243.093	243.093	2.084.682	2.805.952

(c) Projetos e outros compromissos

• Siderurgia - Aços planos e longos

A CSN pretende produzir 500.000 toneladas a.a. de produtos de aços longos, projetando-se 400.000 ton/ano de vergalhão e 100.000 ton/ano de fio-máquina. As instalações utilizarão sucata e gusa como principais matérias-primas. Além dessa usina, a CSN avalia a opção de desenvolvimento no Brasil de outros projetos similares, também com capacidade de 500.000 toneladas a.a. cada um.

• Projeto de minério de ferro

A CSN projeta produzir 89 Mtpa de produtos de minério de ferro, sendo 50 Mtpa oriundas de Casa de Pedra e 39 Mtpa na Namisa. Além disso, a CSN está investindo na expansão da capacidade do porto marítimo em Itaguaí, ou TECAR, para um patamar de 84 Mtpa.

As importações de carvão e coque são feitas por meio do terminal TECAR cujo prazo do contrato de concessão é de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Na extinção da concessão, retornarão à CDRJ (Companhia Docas do Rio de Janeiro) todos os direitos e privilégios transferidos à CSN, junto com os bens de posse da CSN e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela CDRJ por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela CDRJ pelo valor residual do seu custo, depois de deduzidas as depreciações/amortizações.

• Projeto Nova Transnordestina

O Projeto Nova Transnordestina inclui 1.728 km adicionais de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. A Companhia espera que os investimentos permitam à Transnordestina Logística S.A. aumentar o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. Os investimentos estão sendo financiados por meio de várias agências, como o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o BNDES. A Transnordestina obteve certas autorizações ambientais exigidas, adquiriu partes de equipamentos e serviços e a implementação está avançada em certas regiões.

A Companhia garante os empréstimos da Transnordestina do BNDES, totalizando R\$ 410.675 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 392.874 em 31 de dezembro de 2011). Esses empréstimos são para fins de financiamento dos investimentos em infraestrutura da Transnordestina. O valor máximo para pagamentos futuros que poderá ser exigido ao avalista conforme a garantia é de R\$ 410.675.

• Projeto de Plataforma Logística da CSN de Itaguaí

Conforme os termos da concessão, a CSN é responsável por descarregar pelo menos 3,0 milhões de toneladas de carvão e coque dos fornecedores da CSN por meio do terminal anualmente, assim como embarques de minério. Entre os investimentos aprovados anunciados pela CSN, destaca-se o desenvolvimento e a expansão do terminal de granéis sólidos em Itaguaí para lidar também com até 84 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano.

• Contratos de longo prazo com Namisa

A Companhia celebrou contratos de longo prazo com a Namisa, para prestação de serviços de operação portuária e fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) da mina Casa de Pedra, conforme descrito a seguir:

i. Contrato de serviço de operação portuária

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato para a prestação de serviços portuários para a Namisa, por prazo de 34 anos, que consiste em receber, manusear, estocar e embarcar minério de ferro da Namisa em volumes anuais que variam de 18,0 a 39,0 milhões de toneladas. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 5,3 bilhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos serviços a serem prestados sob este contrato. O valor desses serviços portuários é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

ii. ROM de alta sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de alta sílica para a Namisa, por prazo de 30 anos, em volumes que variam de 42,0 a 54,0 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 1,6 bilhão como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

iii. ROM de baixa sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de baixa sílica para a Namisa, por prazo de 35 anos, em volumes que variam de 2,8 a 5,04 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 424 milhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

31 SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contrataram vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Responsabilidade Civil Transportador, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Diversos, Crédito à Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Em 2012, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 30 de junho de 2012 a 30 de junho de 2013. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$ 500.000.000 e cobre as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, Mineração Casa de Pedra, Mineração Arcos, CSN Paraná, CSN Porto Real, Terminal de cargas Tecar, Terminal Tecon, Namisa e CSN Cimentos. A CSN se responsabiliza pela primeira faixa de retenção de US\$ 300.000.000 em excesso às franquias de danos materiais e lucros cessantes. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32 INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

	Consolidado	Controladora
	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social pagos	165.304	165.321
Adição ao imobilizado com capitalização de juros	409.498	353.156
Aquisição de imobilizado sem adição de caixa		276.596
	574.802	518.477
		377.804
		654.400
		347.610

33 EVENTOS SUBSEQUENTES

• Aprovação do CADE referente a aquisição da CBL pela Prada

Em 20 de fevereiro de 2013 o ato de concentração relativo a aquisição de controle da Companhia Brasileira de Latas ("CBL") pela Companhia Metalúrgica Prada ("Prada") foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), sem restrições e por unanimidade.

• Emissão Nota de Crédito à Exportação

No primeiro trimestre de 2013, a Companhia emitiu Nota de Crédito à Exportação no montante total de R\$ 345.000.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		COMITÊ DE AUDITORIA	
BENJAMIN STEINBRUCH Presidente	JACKS RABINOVICH Vice-Presidente	BENJAMIN STEINBRUCH Diretor Presidente	DAVID MOISE SALAMA Diretor Executivo de Relações com Investidores	FERNANDO PERRONE ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS YOSHIAKI NAKANO	CONTADORES
Conselheiros ANTÔNIO FRANCISCO DOS SANTOS FERNANDO PERRONE RUBENS DOS SANTOS YOSHIAKI NAKANO		ENÉAS GARCIA DINIZ Diretor Executivo	JOSE TARAGANO Diretor Executivo	ROGERIO LEME BORGES DOS SANTOS Diretor de Controladoria Contador - CRC 1SP174860/O-2	JOÃO LAURIANO BERNARDO Gerente de Contabilidade Geral Contador - CRC 1SP123598/O-0
		LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ Diretor Executivo	JUAREZ SALIBA DE AVELAR Diretor Executivo		
		TUFI DAHER FILHO Diretor Executivo			

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Companhia Siderúrgica Nacional
São Paulo- SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Siderúrgica Nacional ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Siderúrgica Nacional em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Siderúrgica Nacional em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Siderúrgica Nacional essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das informações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 26 de março de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 26 de março de 2013

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Roberto Wagner Promenzio
Contador
CRC nº 1 SP 088438/O-9

